



Em fevereiro tem negociação

Conforme prevê a Convenção Coletiva 94/95, haverá rodada de negociação entre bancários e Fenaban no dia 15 de fevereiro. Será em São Paulo. A Executiva Nacional dos Bancários já definiu os pontos da negociação: reposição salarial, participação nos lucros, respeito à jornada de trabalho e garantia no emprego.



Bancários reivindicam garantia no emprego e participação nos lucros

REPOSIÇÃO SALARIAL

De março de 1994 até agora, o reajuste salarial dos bancários foi apenas 16%. No entanto, em todos esses meses, desde a implantação da URV, houve inflação. Vale dizer, ainda, que a conversão dos salários em URV se deu pela média, levando uma perda considerável. Portanto, a re-

posição salarial, com base na inflação acumulada desde março de 1994, é mais do que justa.

PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS

São notórios os fabulosos lucros acumulados pelos bancos nos últimos anos. Já é tempo de os banqueiros praticarem aquilo que defendem em teoria. Sempre que per-

guntados pela imprensa sobre a participação dos funcionários nos lucros, os banqueiros, com pose de bom patrão, mostram-se favoráveis ou, no mínimo, simpáticos à idéia. No entanto, nas mesas de negociação, longe da imprensa, descartam a idéia de imediato, porque é "inviável". Os bancários insistirão sobre o tema

mais uma vez.

JORNADA DE TRABALHO

O problema neste ponto reside principalmente na compensação de horas extras. Procedimento que prejudica financeiramente o bancário (veja tabela abaixo). Os bancos, mediante ameaça implícita, fazem os bancários assinar cartas onde "aceitam" com-

pensar horas extras.

A declaração de um bancário do Itaú em Caxias do Sul expressa bem a coação dissimulada: "Não sendo a carta de demissão, eu assino qualquer papel".

GARANTIA NO EMPREGO

O bancário convive diariamente com a incerteza sobre o futuro de seu emprego. No Brasil de hoje, demitir funcionário é sinal de eficiência. Pouco importa as consequências nefastas do desemprego, tanto para o desempregado como para a sociedade como um todo.

Por isso, os bancários, em todas as negociações, têm reivindicado a garantia no emprego por um determinado período.

Na negociação de fevereiro, o assunto será colocado em pauta novamente.

Bancários perdem com a compensação

SALÁRIO MENSAL	VALORES HE 1 hora	TOTAL média mês	salário + HE	perdas				
				FGTS	13º	férias	INSS	total
331,00	2,76	88,27	419,27	8,40	7,97	3,27	26,07	133,98
470,00	3,92	125,33	595,33	11,93	11,31	4,64	37,02	190,24
640,00	5,33	170,67	810,67	16,25	15,41	6,32	50,41	259,05
1.000,00	8,33	266,67	1.266,67	25,38	24,07	9,88	78,76	404,76

Elaboração Sese/ Seeb - SP

BASE DE CÁLCULO: (a) Considerou-se como média do mês 16 horas extras (= 16 H. E./mês). Utilizou-se para compor a base de incidência sobre os salários os seguintes quesitos:

13º salário - 9,02777; FGTS - 9,5186% (8% FGTS + FGTS do 13º, sobre férias e 1/3 férias); Férias - férias + 1/3 férias; INSS - sobre o salário, 13º, férias e 1/3 férias.

JURÍDICO

Sindicato move ação do FGTS

É enorme a defasagem do saldo do FGTS. Ultrapassa em muito a 100%. A cada plano econômico implantado no país há um expurgo inflacionário. O Plano Verão (fevereiro/89) e o Plano Collor (março/90) são os exemplos mais gritantes. O primeiro fez sumir 48%, referente à inflação real de janeiro de 1989, em um passe de mágica e o segundo 44,80%, referente a abril de 1990. Nessas duas oportunidades, no entender dos sindicatos, os depósitos do FGTS dos trabalhadores, independentemente da categoria que pertenciam, não foram corrigidos a contento, conforme determina o art. 13 da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990.

Por isso, o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região moverá uma ação judicial plúrima contra a Caixa Econômica Federal, instituição gestora do FGTS.

Serão reclamados os 44,80% referentes ao Plano Collor. Quanto aos demais valores, o sindicato aguardará o resultado da Ação Civil Pública impetrada pela CUT nacional.

PROCURAÇÃO - O Sindicato distribuiu em todas as agências de sua base modelos de procuração para preenchimento e reconhecimento de firma. A única exigência é que a pessoa tenha sido bancária em abril de 1990, independente do local onde se encontrava.

Tudo como antes

WILSON STEINMETZ

Secretário de Imprensa
Sind. Bancários

A julgar pelos acontecimentos deste escaldante verão, nada mudou na República Federativa do Brasil. Os costumes e as práticas no coração dos três poderes se perpetuam. Os escândalos se repetem. Em suma, a cultura político-institucional continua a mesma.

A temporada foi aberta pelo Supremo Tribunal Federal, que é a suprema corte do país, ao absolver Collor da acusação de corrupção. Depois o Congresso Nacional que, não querendo ficar atrás no campeonato, marcou dois gols. É claro, contra o país. O primeiro foi o fabuloso aumento salarial para deputados e senadores, cujo efeito cascata vai desaguar no bolso do contribuinte. Afinal, as câmaras de vereadores têm

seus salários vinculados às assembleias legislativas e estas à Câmara dos Deputados. Sem contar os ministros de Estado, governadores, prefeitos e o judiciário, que também vão passar a ganhar "condizentemente com a função". Afinal, é preciso manter o "equilíbrio entre os poderes".

**"...para alguns
a conduta ilícita
não é ilícita..."**

O segundo gol, de placa, foi a anistia ao senador Humberto Lucena (PMDB-PB). Melhor seria dizer anistia à corrupção. Quando um cidadão brasileiro "normal" rouba uma galinha ou furta um relógio e é condenado, vai cumprir a pena no xadrez, em condições absolutamente desumanas. Porém, quando um senador da república é cassado pelo Tribunal Superior Eleitoral

pelo crime de uso indevido do dinheiro público, seus pares, na condição de legisladores, o anistiam. E a igualdade jurídica entre os cidadãos? É meramente formal. No conteúdo, reina a mais injusta desigualdade. Paradoxalmente, para alguns a conduta ilícita não é ilícita.

Para fechar o placar, FHC veta o salário mínimo de R\$ 100,00. A justificativa: a Previdência Social não suporta. Conversa fiada! Se o governo cobrasse as dívidas das empresas com o INSS, seria possível pagar até R\$ 120,00 de aposentadoria.

Apesar do impeachment de Collor, da CPI do Orçamento e da campanha nacional pela ética na política, a imoralidade pública e a degradação institucional prevalecem sobre os discursos e, mais ainda, sobre as aspirações dos cidadãos.

TRIÂNGULO DAS BERMUDAS

FREI BETTO

Folha de São Paulo/ 20-01-95

A Câmara dos Deputados aprovou, por 253 votos a 110, a anistia ao presidente do Congresso, o senador Humberto Lucena (PMDB-PB), que usou a gráfica do Senado - um serviço público, mantido pelo bolso do contribuinte - em proveito próprio.

O Supremo Tribunal Federal, que absolveu o ex-presidente Collor, havia condenado e cassado Lucena. Parece o jogo dos coelhos em parque de diversões. Quem não encontra a porta da impunidade pelo Judiciário, tem a chance de atravessá-la pelo Legislativo ou, em último caso, pela sanção do Executivo.

Enquanto ladrões de galinha são presos, espancados e trancafiados, homens públicos se locupletam com os recursos da nação, protegidos pelo "seguro cumplicidade política", graças ao qual os corruptos agem impunes e imunes, confiantes de que aquele terreno de ação entre amigos chamado Brasília haverá de ser condescendente em seus crimes.

**"QUEM NÃO ENCONTRA A
IMPUNIDADE NO PODER
JUDICIÁRIO, TEM A CHANCE
DE ACHÁ-LA NO LEGISLATIVO"**

Executivo, Legislativo e Judiciário seriam o Triângulo das Bermudas onde naufragam os nossos sonhos de conquista de cidadania e consolidação da democracia se não fossem as exceções à regra: juízes que não votam contra o senso ético de indignação nacional nem compram apartamentos barateados por favores do tráfico de influências; senadores e deputados que não utilizam os recursos da nação em benefício próprio; membros do executivo que não vendem a dignidade por um prato de lentilhas dessa fama tão fugaz e dubia chamada poder político.

Na falta do rigor da lei - o que torna imperativo a reforma da Constituição -, pequenos homens tripudiam sobre essa grande nação. Somos a décima economia do planeta, o sexto produtor mundial de alimentos e o primeiro de

frutas. Merecemos da natureza e da geopolítica um território de dimensões continentais provido de catástrofes naturais ou obstáculos à produção como neve, vulcões, malthas inabitáveis, terremotos, furacões, etc., tão frequentes em outros países.

Para ser o paraíso, falta ao Brasil um detalhe: homens públicos a altura da grandiosidade deste país, milhões de trabalhadores, jovens que sonham, mulheres que lutam por direitos, de artistas fomentam utopias. É a falta de governo voltado à maioria que explica tanta riqueza nacional cercada pela afronta da colossais miséria humana.

**"NA FALTA DO RIGOR DA
LEI, PEQUENOS HOMENS
TRIPUDIAM SOBRE
ESSA GRANDE NAÇÃO"**

A cumplicidade do Triângulo das Bermudas na política, para muitos, é a coisa menor, não pública, mas privada, no duplo sentido do termo, onde uma carreira se edifica sobre sorrisos falsos, tapinha nas costas, telefonemas melífluos, troca de presentes, favores, puxa-saquismo de rádio, festas que fazem fortuna de contrabando, desvios de verbas, lobbies autarquias e o repasse gordas migalhas que caem na mesa farta e superfaturada empreiteiras.

O senador Humberto Lucena foi anistiado do mesmo modo como a Lei Fleury criada para impedir que o chefe do Esquadrão da Morte fosse parar na cadeia por crimes, ou como os parlamentares entraram de viés na Lei da Anistia aprovada no crepúsculo da ditadura.

Para completar o fecho dos eleitos, os deputados federais elevaram seus próprios salários a somas astronômicas. Um deputado federal ganha agora, ao bolso do contribuinte, cerca de R\$ 24 mil por mês.

Para completar a farra, demonstrar que tudo continua como dantes no quartel de Abrantes, só falta o presidente Fernando Henrique Cardoso vetar o aumento do salário mínimo para R\$ 100,00 e sancionar a anistia a Lucena.

Tarifas são reajustadas

Os bancos ignoraram a relativa estabilidade de preços propiciada pelo Plano Real. Aumentaram em 41% as tarifas de seus serviços no terceiro trimestre de 94 contra o mesmo período do ano anterior. Essa é a conclusão a que chegou um estudo pela EF&C (Engenheiros Financeiros & Consultores).

Segundo a Febraban, a majoração das tarifas tem como objetivo compensar parte das perdas do chamado ganho inflacionário. O ganho inflacionário cobria os custos das operações bancárias (um depósito, uma aplicação, um extrato, por exemplo). Só em 1993 os ganhos decorrentes da inflação totalizaram US\$ 9,2 bilhões.

Ainda segundo a Febraban, as tarifas continuarão subindo. Para a entidade representativa dos bancos, há espaço para novas majorações de tarifas, bem como para novas cobranças. Afinal, as receitas

CRESCEM AS TARIFAS BANCÁRIAS

Valores em R\$ mil



Fonte: Engenheiros, Financeiros & Consultores

OS BANCOS NÃO PODEM COBRAR

- 1 O primeiro talão mensal de 20 folhas
- 2 Manutenção de contas correntes
- 3 Consultas em terminais eletrônicos
- 4 Ordens de pagamento ou de crédito feitas por carta
- 5 Manutenção de caderneta de poupança
- 6 Lançamento em conta corrente
- 7 Transferência e depósito para crédito em conta corrente feita dentro do banco
- 8 Primeiro extrato eletrônico

OS BANCOS COBRAM

	Em reais	
	Mínimo	Máximo
Segundo talão de cheques	1,75	11,00
Manutenção de conta inativa	1,06	58,20
Cartão 24 horas	1,47	10,00
Segunda via de extrato eletrônico	0,20	5,25
Renovação de cadastro	4,83	41,00
Ordem de pagamento	2,80	29,90
Débito automático	0,20	7,00

Fonte: Febraban

inflacionárias caíram em mais de 60%. E os bancos pretendem compensar ao máximo possível essa queda com tarifas por

serviços realizados. Isso prova que, nos últimos anos, os bancos têm-se alimentado, fartamente, da ciranda financeira.

Voz do Bancário - Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Filiado à CUT

Base Territorial - Caxias do Sul, Antonio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado,

Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.
Sede - Rua Borges de Medeiros, 574, CP 553, Caxias do Sul - RS, fones (054) 223-2166 e 223-3119 - Fax 223-2060 - Telex 542420 FBCX.
Diretor de Imprensa: Wilson A. Steinmetz

Fotos: Mauro Ceccon
Textos: Wilson A. Steinmetz (org.)
Planejamento Gráfico: Traço Diferencial - Comunicação
Composição: Leonir Taufe
Impressão: Jornal Pioneiro
Tiragem desta edição: 2.500 exemplares

GOVERNO COLLOR

Demitidos do Meridional são anistiados

O que já parecia impossível acabou acontecendo. Funcionários do Meridional demitidos no governo Collor que encaminharam o pedido foram anistiados. Para isso, foi necessário encaminhar recurso à Comissão Especial em Brasília, pois na comissão em Porto Alegre todos os pedidos foram indeferidos. Em todo país, cerca de 560 demitidos tiveram seus pedidos deferidos e cerca de 60, indeferidos. A anistia se deu na forma da Lei nº 8878/94, do Decreto nº 1.153/94 e da Portaria nº 38 de 28 de dezembro de 1994.

Na base do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, foram encaminhados nove pedidos. Oito foram deferidos.

Os anistiados já se apresentaram formalmente às agências ou à SURED III. Agora aguardam o reingresso no quadro funcional do banco.

Bancários propõem soluções para o Banespa

Além de desencadear um movimento de defesa do Banespa, rebatendo críticas infundadas veiculadas pela mídia, esclarecendo a real situação da instituição e suas verdadeiras causas, os bancários estão apresentando soluções para a instituição.

Assim, o Comitê de Defesa do Banespa, carro chefe do movimento, (composto por dezenas de entidades de bancários), já entregou aos interventores do Banco Central um documento com sugestões para resgatar a honra do banco sem privatizá-lo. As sugestões atacam os principais problemas enfrentados pelo banco.

DÍVIDA DO TESOURO PAULISTA - O documento propõe a securitização da dívida que o Tesouro do Estado de São Paulo tem para com o banco. Significa o cancelamento de títulos ou a emissão de um novo papel que garanta ao portador uma renda

Britto, alinhado com FHC, antecipa-se às recomendações do Ministério da Fazenda, prometendo criar banco único, com posterior ajuste estrutural.

Há muitas informações desencontradas sobre o assunto, principalmente por causa de declarações dadas por assessores do governador gaúcho em um dia e desmentidas no outro. No entanto, sobre o essencial não há dúvidas. De fato, haverá unificação do Banrisul e Caixa Econômica Estadual (CEE).

Na segunda quinzena de fevereiro, Britto encaminhará à Assembleia Legislativa projeto que transforma a CEE, hoje uma autarquia, em sociedade anônima. Essa mudança de regime jurídico é o primeiro passo para a unificação. Provavelmente ainda no primeiro semestre o Rio Grande do Sul terá um banco único.

REDUÇÃO DA ESTRUTURA FÍSICA E DEMISSÕES

Segundo Russowski, presidente do Conselho de Administração do Banrisul, a unificação implicará

na redução de 25% da estrutura física atual. Juntas as duas instituições totalizam 450 agências e postos de atendimentos e cerca de 14 mil funcionários.

Quanto à demissão de funcionários, o governo do Estado nada diz sobre suas intenções. Nem precisa. É evidente que se houver redução de 25% da estrutura física, o governo será tentado a demitir.

Caso essa hipótese se confirme, os funcionários do Banrisul deverão ser os penalizados, pois são celetistas, enquanto a grande maioria dos funcionários da CEE são estatutários.

BANCOS FEDERAIS

Fazenda ameaça fechamento sem critérios

Recém empossado, Pedro Malan, Ministro da Fazenda, anunciou o fechamento de 600 agências de bancos federais. Na oportunidade limitou-se a dizer que tal medida já fora decidida no governo Itamar Franco após estudos realizados sobre os bancos que a União controla.

O anúncio dessa medida drástica está preocupando funcionários dos bancos atingidos (BB, CEF, Banco do Nordeste) e de alguns parlamentares, defensores históricos dessas instituições.

Por isso, o deputado federal Luiz Gushiken (PT-SP) requereu a presença de Pedro Malan na Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos aos parlamentares sobre a política governamental para estes bancos, bem como quais os critérios que serão adotados para o fechamento de agências.

Malan tem trinta dias para comparecer à Câmara Federal.

Inicia a privatização do BEC e do CREDIREAL

O governador do Ceará, Tasso Jereissati (PSDB), e o governador de Minas Gerais, Eduardo Azeredo (PSDB), querem ser os pioneiros no processo de privatização dos bancos estaduais.

Jereissati já assinou um convênio com o BNDES e o Banco Central dando início à venda do Banco do Estado do Ceará, BEC. O governador justificou a privatização dizendo que "os bancos estaduais não podem captar recursos no mercado nem atuar como bancos de desenvolvimento". Porém, não disse o porquê.

O BEC é um banco enxuto, com 2.400 funcionários, 84 agências e 85.000 correntistas. O lucro, em 1994, foi de R\$ 6 milhões.

FUNCIONÁRIOS DO BEC SE MOBILIZAM - Diante de números tão tran-

quilizadores, os funcionários não vêem razão para vender o banco. Por isso, deflagraram uma grande campanha contra a privatização, que já conta com o apoio de prefeitos, deputados, vereadores e outros segmentos da sociedade cearense.

BANCO DE CRÉDITO REAL DE MINAS - O governador de Minas foi o primeiro a pedir ao governo federal apoio para vender o banco. O Credireal, nome pelo qual é mais conhecido, já sofreu um profundo ajuste estrutural nos últimos anos, com fechamento de agências e demissão de pessoal. O executor do ajuste foi o então presidente João Heraldo de Lima, que hoje é Secretário da Fazenda do governo mineiro. Assim, a privatização do Credireal é tida como certa.



REDUÇÃO DE GASTOS ADMINISTRATIVOS - Para reduzir os gastos administrativos, o Comitê de Defesa do Banespa sugeriu a revisão de todo e qualquer gasto com promoção. E a abertura de licitação para definição de uma agência de publicidade que trabalhe para o banco, sem vínculo com a agência do governo do Estado de São Paulo.

O documento propõe ainda a centralização do controle dos gastos com pessoal para evitar problemas de contratações irregulares como as feitas por intermédio do Baneser (subsidiária do Banespa).

fixa), negociáveis no mercado internacional do país ou externo. Dessa forma, haveria o alongamento do perfil do débito e a transformação de ativos de pouca liquidez, como os papéis do governo paulista, em moedas que garantiriam ao portador (setor privado) dos títulos ou debêntures, por exemplo, pontos em concorrências públicas.

O Tesouro do Estado deve ao banco mais de R\$ 10 bilhões (dívida creditícia e mobiliária).

DÍVIDA DAS ESTATAIS PAULISTAS - Quanto à dívida das estatais, cerca de R\$ 7 bilhões, a proposta é escalonamento com pagamento de cerca de R\$ 350 milhões anuais. O pagamento seria vinculado ao faturamento dessas empresas.

DÍVIDA DO SETOR PRIVADO - Para a dívida com o setor privado, esti-

Demolição do Cine Ópera

FUNCIONALISMO PÚBLICO

Governo quer acabar com a estabilidade

Luiz Carlos Bresser Pereira, Secretário da Administração e Reforma do Estado, do governo FHC, quer pôr fim à estabilidade do funcionalismo público. Para Bresser, apenas alguns segmentos deveriam gozar de estabilidade, como diplomatas, militares, juizes, promotores, delegados da Polícia Federal, funcionários do Bacen e da Receita Federal.

É certo que há uma minoria ineficiente no funcionalismo que não faz falta

ao setor público. Porém, inferir que a solução é acabar com a estabilidade é o mesmo que jogar fora a criança com a água suja.

A cultura político-administrativa ainda continua a mesma no Brasil. Com a queda da estabilidade, a corrupção, o empreguismo, o clientelismo, o nepotismo e outras mazelas seriam universalizadas no setor público. Grupos políticos e privados se apropriariam definitivamente do Estado.



Por muito tempo esta ainda será lembrada como a "esquina do Ópera"...

VANIUS CORTE

Advogado

A esquina das ruas Pinheiro Machado e Dr. Montauray está mais feia e triste. No lugar de um prédio, escombros; ao invés de cartazes de filmes, tapumes; no lugar da cultura, da emoção, do divertimento, a ganância.

Fomos presenteados às vésperas do Natal com um ingrato e suspeitíssimo presente: a notícia de que ocorreria um incêndio no que ainda restava do velho cinema. Logo em seguida as vozes do poder local manifestaram-se lamentando o ocorrido, e afirmando que, infelizmente, não havia nada mais a fazer, o prédio seria demolido.

E é isso que está acontecendo naquela esquina. Estão pondo abaixo mais um prédio histórico de nossa cidade. Isto, aliás, não chega a ser novidade, ao contrário, é quase uma rotina nessa megalômana Caxias. O que causa mais tristeza para mim, nesse caso, é o fato de estar sendo demolido não apenas mais um prédio, mas sim o prédio de um cinema, do mais antigo cinema da "pérola das colônias".

De uma coisa estou certo. Os responsáveis pela destruição do Ópera (Sr. Prefeito e outros) foram muito hábeis, pois conseguiram incutir na população um sentimento de exaustão e de ambivalência, já que a questão sobre a preservação ou não do prédio se estendeu por longos anos, com direito a várias e intermináveis perícias técnicas, um processo judicial inacabado, e até uma faixa "anônima" pendurada no próprio prédio do cinema, que dizia: "Queremos casas, Ópera

não (sic)". Agora, o cinema caiu, e onde estão as casas? Não consigo me conformar.

Pode parecer sentimentalismo ou pieguice, mas não posso deixar de pensar em tudo o que já aconteceu dentro daquelas paredes, em quantas pessoas choraram, se emocionaram, riram, tremeram de medo ou se encantaram nos momentos em que lá permaneceram. Fico a imaginar o número de primeiros beijos que foram trocados, de quantas mãos se entrelaçaram, dos cochilos, comentários, segredos ditos e ouvidos. Penso também em tudo o que passei lá dentro, e não consigo deixar de ficar perturbado.

"Essas estruturas marcadas por risos e manchadas por lágrimas são mais do que edifícios inertes"

Will Eisner afirma estar "certo de que essas estruturas marcadas por risos e manchadas por lágrimas são mais do que edifícios inertes". Para ele, "é impossível pensar que, ao fazerem parte da vida não tenham (os prédios) absorvido as radiações provenientes da interação humana". Penso igual a ele. Para mim, como para o seu personagem Benny ("O Edifício"), é um verdadeiro crime derrubar um prédio como o do nosso Cinema Ópera. Este deveria ser tratado como uma igreja antiga, como um templo sagrado, e preservado para que "as gerações que estão por vir" também pudessem conhecê-lo.

A lembrança ao filme "Cinema Paradiso" se faz inevitável. Vimos nesse filme a história da vida e morte de um cinema, da incrível amizade do menino Totó e do Sr. Alfredo, das lembranças de um grande

amor - só se vive um grande amor - vivido na adolescência e jamais esquecido. Impossível não se emocionar, não se envolver na história, não deixar escapar pelo menos uma lágrima. Na vida real, no entanto, estamos assistindo uma história semelhante, que está passando despercebida. Talvez falte a trilha sonora de Ennio Morricone...

E por falar em filme, vale lembrar que em 1995 comemora-se o centenário da chamada sétima arte. No mundo inteiro preparam-se comemorações, homenagens, exposições, debates, festivais e outros acontecimentos que lembram a história dessa maravilhosa invenção criada pelos irmãos Lumière. Aqui em Caxias, no entanto, não há motivos para comemorações. O cinema, em vez de festa, estará de luto.

Continuaremos a passar pela esquina da Pinheiro com a Dr. Montauray, e em breve veremos naquele local uma nova construção, possivelmente com paredes de vidro, que abrigará algumas dezenas de salas comerciais. Nos acostumaremos com a nova paisagem e, talvez, até possamos gostar do novo visual daquela quadra. Mas tenho certeza de que, por muitos anos, ainda nos referiremos a ela como a esquina do Ópera, o que, por si só, mostra como esse local foi importante e marcante em nossas vidas.

"E assim, a nova construção dá início a sua existência... acumulando suas próprias lendas até que algum dia, também venha abaixo e seja substituída por uma outra. E eu me pergunto sobre o que resta depois que um prédio é demolido."

Competitividade espúria

VICENTE P. DA SILVA

Presidente da CUT
Folha de São Paulo/ 14-01-95

Nesse debate sobre as relações entre os encargos incidentes sobre a folha de salários e a competitividade externa do país, a primeira tarefa é separar o joio do trigo e estabelecer um entendimento prévio sobre os termos do debate.

Na verdade, boa parte do que se chama genericamente de encargos sociais representa salário indireto: 13º salário, FGTS, férias, descanso semanal remunerado etc., que, somados, alcançam em média 48,24% do salário-base.

Estamos falando aqui de conquistas básicas dos trabalhadores, que não podem ser encaradas como exageradas ou prejudiciais à competitividade. Elas existem em qualquer país do mundo, e no Brasil estão muito abaixo do que em outros países.

A transformação de parte desses salários indiretos em salário direto não reduz em nada o custo das empresas. Aumentar a competitividade por esse caminho significa reduzir os salários e os direitos trabalhistas, e contra isso o nosso posicionamento é cristalino.

Nossa luta sempre foi, e sempre será, pela ampliação desses direitos. Além disso, deve-se elevar, e muito, o poder de compra do salário-base, muito inferior ao vigente na maioria dos países, incluindo os mais competitivos.

Quanto aos encargos sociais propriamente ditos (previdência, salário-educação e contribuição para acidentes de trabalho), representam apenas

24,5% da folha salarial, também esse percentual inferior aos padrões internacionais.

Aqui, o mais importante é discutir como será garantido o financiamento (e o fortalecimento) da Previdência Social pública e dos demais direitos sociais e, nesse marco, verificar qual a base de incidência mais adequada.

Isso tudo para dizer o seguinte: competitividade mesmo, para valer, depende de outras coisas. Depende do estabelecimento de regras estáveis para o funcionamento da economia; de taxas de juros que não inviabilizem o investimento produtivo; de políticas de investimentos globais e setoriais; do aumento do gasto em educação, ciência, tecnologia, pesquisa e desenvolvimento; da existência de infra-estrutura adequada; da qualidade dos produtos; do aumento da produtividade etc.

Competitividade depende igualmente de condições de vida e de trabalho dignas para os trabalhadores, que estimulem a produção e a qualidade. A tradição do Brasil é de obtenção de "competitividade" de forma perversa e espúria, pela via dos salários baixos e das desvalorizações cambiais.

Agora, em tempos de valorização cambial, propõe-se reduzir ainda mais os salários e os direitos dos trabalhadores para enfrentar a concorrência externa. Pelo jeito, muita gente no Brasil ainda confunde (ou quer confundir) aumento de competitividade com subdesenvolvimento e exclusão social. Acreditamos, ao contrário, que o Brasil só será competitivo se os ganhos forem de todos, e não só de uma parcela.

O Ataque à Previdência

Três aposentados felizes. E você?

Costumamos depositar nossas esperanças nos novos governos, dar-lhes um voto de confiança, mesmo que não tenhamos votado neles. Nos últimos anos este sentimento tem perdurado apenas durante o primeiro ano dos respectivos mandatos.

O governo FHC conseguiu se superar, e com quatro meses já nos provoca um sentimento de desilusão. Dando-se a "esquerda viável", as medidas que prejudicam diretamente o trabalhador, causando inveja a muitos políticos de direita.

Sem dúvida, uma dessas medidas é a extinção da aposentadoria por tempo de serviço. Esta é a medida mais desastrosa para os trabalhadores dos últimos anos. Em um país onde a média de vida passa dos 64 anos, quem que o trabalhador se aposente com 65 anos de idade e aposentadoria, neste caso, recebe um auxílio funeral).

Existem distorções na previdência e isto vem sendo levantado para prejudicar a maioria dos trabalhadores. E pelo que parece, o Exmo. Sr. presidente e sua equipe são os maiores exemplos dos absurdos que ocorrem.

O ministro da Previdência,

Reinhold Stephanes, aposentou-se com 46 anos de idade e 20 anos de serviço, ganhando como secretário municipal de Curitiba.

O presidente, FHC, está aposentado como professor da USP, com 15 anos de serviço, ganhando 71 salários

mínimos por mês de aposentadoria.

O vice-presidente, Marco Maciel, ganha 145 salários mínimos mensais de diversas aposentadorias.

E eles querem que você se aposente aos 65 anos de idade, se tiver contribuído com

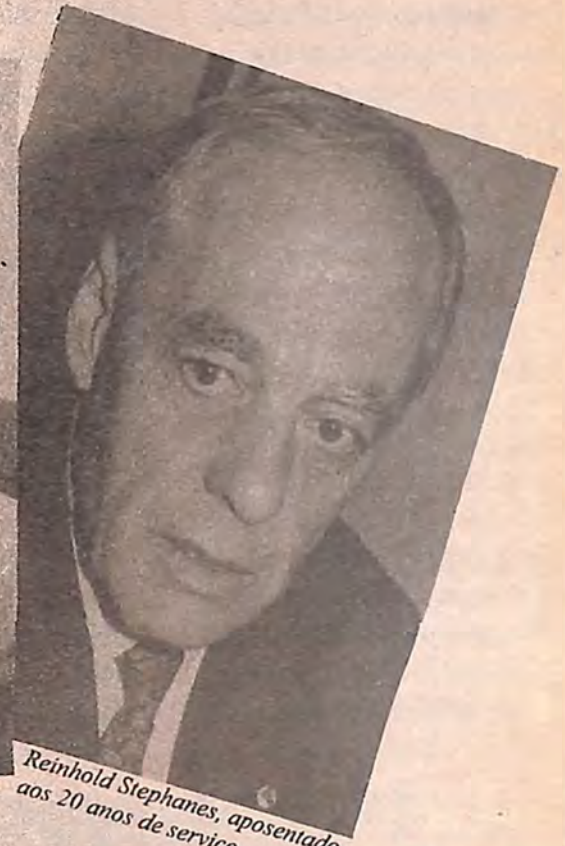
a previdência por 38 ou 40 anos. Mas aí todos os seus problemas serão resolvidos: você vai ganhar, no máximo, 3 salários mínimos - que todos sabemos é uma fábula - para gastar com tudo o que você quiser. Não é comovente?



FHC, aposentado com 71 salários por mês



Marco Maciel, 145 salários por mês



Reinhold Stephanes, aposentado aos 20 anos de serviço

Bancos estatais, por quê?

Você se imaginaria morando em uma cidade onde não exista banco algum? Onde você pagaria sua conta de água, luz, telefone e a sua assinatura de jornal ou revista? Ou ainda, onde você enviaria ou receberia dinheiro? Agora, imagine-se dono de uma empresa. Será que você se estabelecerá em uma cidade onde não existisse uma agência bancária? Não?

Então imagine a situação de milhares de brasileiros que moram em cidades onde não existe agência bancária. Consequentemente a base econômica destes municípios é a agricultura, porque ninguém instala uma indústria em um município que não tenha o mínimo de infra-estrutura. No entanto os agricultores não têm como conseguir

um pequeno financiamento para a safra. Isto faz com que muitos larguem tudo e venham morar na periferia das grandes cidades, e esta história você já conhece: marginalização, prostituição... Uma cidade que não tem agência bancária está condenada a ser eternamente pequena.

As agências bancárias são tão importantes para o desenvolvimento das cidades quanto os correios. Mas todas as cidades brasileiras são atendidas pelos correios (que é estatal). E os bancos? Dos 5.045 municípios brasileiros, 3.458 são servidos por bancos (69%), enquanto 1.587 (31%) não possuem sequer alguma agência bancária.

A realidade brasileira é que a grande maioria dos municípios é

servida tão somente pelos bancos estatais. Se for vitoriosa a política de exclusão dos bancos estatais do Sistema Financeiro, a grande maioria dos municípios do país ficará sem agências bancárias, agravando a concentração de renda e os juros exorbitantes praticados pelos agiotas que passarão a ser a única alternativa de crédito.

Esta iniciativa do governo FHC é totalmente contra os princípios constitucionais, pois a Constituição Federal, em seu art. 192, determina que o Sistema Financeiro Nacional deverá ser estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir os interesses da coletividade. Você imagina que algum banco privado vá se preocupar com isso?

BANCOS ESTATAIS	BANCOS PRIVADOS
ATENDEM A 3.262 MUNICÍPIOS	ATENDEM A 1.608 MUNICÍPIOS
65% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS	32% DO TOTAL DE MUNICÍPIOS
94% DOS MUNICÍPIOS SERVIDOS POR BANCOS	47% DOS MUNICÍPIOS SERVIDOS POR BANCOS

OPINIÃO

Privatização do Meridional é injustificável

Wilson Steinmetz

Diretor do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul

Normalmente, o debate sobre a privatização de estatais acaba caindo no complexo e move-dido terreno das ideologias, apenas compreensível para sindicalistas, militantes partidários e outras faixas mais intelectualizadas da população. A grande maioria nada entende. A bem da verdade, não está nem aí.

Assim, no debate sobre a privatização do Meridional devem ser evitados os aspectos de natureza ideológica, porque de eficiência duvidosa. Devem ser levantados argumentos mais políticos e pragmáticos. Há vários argumentos consistentes, fundados na lógica e na realidade, que mostram o equívoco da privatização dos bancos. Livres de elucubrações ideológicas e que o bom senso é capaz de

reconhecer como razoáveis.

Se não, vejamos.

Dizem os privatistas que vender estatais é um imperativo da racionalidade econômica, pois são deficitárias, sangram o tesouro nacional, subtraindo dinheiro das áreas sociais. Esse argumento não atinge o Meridional, que é lucrativo (US\$ 41,2 milhões em 1994) e em nada depende do tesouro nacional.

Argumentam os publicistas do privatismo que empresas estatais são ineficientes, lentas, burocratizadas, não acompanhando a modernização tecnológica. Essa carapuça também não serve ao Meridional. Segundo Exame, 85% de sua rede é informatizada. Até o final de 1995, deverá ser 100%.

Para desespero dos privatistas, o Meridional não é cabide de emprego e, pelo que se sabe, não há privilégios nem salários estratosféricos.

Mas os privatistas de carteirinha não entregam a rapadura tão facilmente. Sugerem: "o dinheiro obtido com a venda de estatais deve ser usado para reduzir o

estoque da dívida pública interna". Ora, ora! A dívida interna já passa dos US\$ 70 bilhões. Com a elevação da taxa de juros e o conseqüente aumento do serviço da dívida, a proposta de privatização para reduzir o estoque da dívida pública teria um escasso significado no reequilíbrio global das contas públicas. O preço do Meridional é estimado em US\$ 700 milhões. A dívida pública interna é de US\$ 70 bilhões. Uma gota d'água na banheira!

Para os gaúchos, ainda é possível um argumento adicional. Com a privatização, o controle acionário pode ficar nas mãos de interesses alheios ao Rio Grande. "Provincianismo", dirão alguns. Mas para quem vem perdendo há anos influência política e sequer consegue dinheiro para tapar os buracos das rodovias, é um argumento razoável. Além disso, nada mais natural que pessoas de uma determinada região também se preocupem com questões políticas e desenvolvimento regional. É claro, não perdendo de vista o todo, que é o país.

QUEBRA DE CAIXA

GOLPES DE DINHEIRO
FALSO CONTINUAM

Vem ocorrendo uma onda cada vez maior de cédulas falsas e os caixas de bancos são, via de regra, as vítimas terminais.

Isto ocorre principalmente em dias de movimento, que facilitam o engano (ninguém é infalível).

E os golpes estão cada vez mais aperfeiçoados. Prova disso é um dos golpes mais recentes: a descoloração da nota de R\$ 1,00 e a posterior impressão da estampa de R\$ 100,00. Este caso é de difi-

cil identificação, pois as cédulas possuem fita de segurança e podem ser reconhecidas pela tinta.

Um caso destes aconteceu em Banrisul, que é um dos poucos bancos, se não o único, que não oferece cursos de caixa para os funcionários e nem uma orientação detalhada.

E ainda desconta do funcionário por este erro, para o qual foi prevenido.

ITAÚ CONTRATA IRREGULARMENTE

O Itaú encontrou uma forma diferente de reduzir custos, que na realidade é imoral, mas não deixa de ser original.

Em todo o país o banco contrata telefonistas e diz a elas que não são bancárias. Mas isso não é possível. Todo funcionário de banco é bancário e está sujeito à data-base, bem como a todos os

benefícios da categoria.

Na realidade isto é uma ilegalidade do banco para não pagar a elas o auxílio alimentar, gratificação semestral, etc.

Eles imaginam que podem esconder um elefante na planície de moranginhos, apenas pintando suas unhas de vermelho.

BANCO SAFRA FLAGRADO
EM ESPECULAÇÃO CAMBIAL

Em uma das semanas mais movimentadas do mercado financeiro, quando o governo divulgou a política de bandas cambiais para o dólar, muitos boatos rondaram Brasília, provocando agitação no mercado.

Esta agitação obrigou o Banco Central a vender uma quantidade enorme de dólares para manter sua cotação baixa (sustentação do plano real).

Nestas operações de venda, o BC se utiliza de intermediários. São bancos credenciados a participar dos leilões (estes bancos são chamados "dealers").

Nesta conturbada semana ficou

clara a especulação cambial dos bancos "dealers", que foram também responsáveis por ter o Banco Central queimado em torno de bilhões de dólares das reservas cambiais, deixando o país no próximo de sentir o efeito da desvalorização mexicana.

O Banco Safra foi um dos bancos, e não deve ter sido de graça que foi o único a ser descredenciado, não podendo atuar como "dealer" - popularmente foi "prego com as calças na mão".

Este tipo de acontecimento nas comprova que pouca coisa mudou neste país, e os especuladores continuam a sugar-lo.

V CONGRESSO ELEGEU
DIRETORIA DA FEDERAÇÃO

O Hotel Everest, no centro de Porto Alegre, foi o local da realização do 5º Congresso da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul. Nos dias 11 e 12 de março de 1995, os representantes dos bancos do Estado reuniram-se para discutir pontos da conjuntura nacional e ações para o futuro próximo.

Elegeram-se, neste mesmo final de semana, a diretoria da federação para os próximos três anos.

O Congresso foi prejudicado pela fórmula imposta, mas mesmo assim foram tiradas resoluções importantes, como a oposi-

ção ao governo FHC e sua política econômica e o posicionamento contrário à privatização do Banco Meridional, instituição mantida pelos gaúchos com muita luta e acima de tudo, é lucrativa.

A diretoria da federação ficou assim composta:

Gilson Andrade (CEF - Niterói), Jooles Moreira (Banrisul - Santa Maria), E. Person (BB - Porto Alegre), Gelso Marcon (Real - Caxias do Sul), Jorge Vieira da Costa (Bamerindus - Cruz Alta), Paulo Stekel (Meridional - Santa Maria) e Ari do Nascimento (Bradesco - Porto Alegre).

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 1994

RECEITA

Contribuição Sindical	14.243,72
Mensalidades	136.750,71
Outras Rendas - Salão	286,12
Outras Rendas - Gabinete Dentário	5.293,42
Aluguel de Imóvel	7.262,12
Juros de Depósitos	94.608,40
Juros sobre Empréstimos	144,58
Subvenções (Inamps)	2.710,16
Eventuais	4.141,39
Eventuais - Xerox	522,79
Eventuais - Telefone	144,82
Eventuais - Segurança Banco	1.465,10
Eventuais - Reclamatórias Trabalhistas	131.162,12

398.735,45

CONTINUAÇÃO - DESPESAS

Assinat. J. Revistas	2.003,74
Repasso Comitê Patrulha Bancos	3.062,75
Despesas de Adm. Geral	20.551,01
	299.067,57
Aplicação Sede Campestre	43.629,60
TOTAL DE DESPESAS	342.697,47
RESULTADO POSITIVO (RECEITA - DESPESA)	56.037,91

DESPESAS

Reparos Conserv. da Sede	4.647,60
Reparos Conserv. Veículos	2.117,97
Rep. Conserv. Máq. e Aparelhos	1.958,38
Federação - Mensalidades	11.920,91
CUT - Mensalidades	5.600,73
Assistência Dentária	19.134,38
Produtos Odontológicos	1.345,22
Assistência Judiciária	11.849,04
Encontros Congr. Conferências	3.424,14
Realiz. Est. Econ. Financeiros	2.123,28
Finalidades Esportivas	1.911,98
Ordenados	38.975,99
Jornal Informativo	431,32
Panfletos e Convocações	388,83
Artigos de Expediente	5.471,30
Ajuda Alimentação	4.162,00
Condução e Transporte	2.654,40
Reclamatórias Trabalhistas	127.249,56
Tel. Telegr. P. de Correlato	4.642,55
Telex	2.146,87
Previdência Social	17.328,27
Contrib. para FGTS	2.809,79
PIS	375,78
Desp. Jud. Publ. Editais	750,09

DEMONSTRATIVO DE
APLICAÇÕES E SALDOS
BANCÁRIOS EM 31.12.1994

CAIXA	317,88
BANCO DO BRASIL SA	
DEPÓSITO POUP.	2.378,68
BANCO DO BRASIL POUP. OURO	3.514,31
BANCO DO BRASIL POUP. OURO	707,42
BANCO DO BRASIL SA CDB	10.000,00
BANCO DO BRASIL SA	
COMMODITIES	7.461,83
CAIXA ECON. FEDERAL	
C. POUP. 23.408	209,22
CAIXA ECON. FEDERAL	
C. POUP. 61.134	3.756,94
CAIXA ECON. FEDERAL	
C. POUP. 20.674	5.818,87
CAIXA ECON. FEDERAL CDB	16.000,00
CAIXA ECON. FEDERAL DER	1.052,06
CAIXA ECON. FEDERAL	
FUNDO AZUL	2.307,57
CAIXA ECON. FEDERAL	
C/INVESTIMENTO	2.266,70
CAIXA ECON. FEDERAL	
C/REMAT. TRAB.	248,50
TOTAL APLICAÇÕES E DEPÓSITOS	56.037,98

SAÚDE

Organismo exige uma alimentação equilibrada

No meio bancário, a hora do almoço sempre foi um dos momentos mais difíceis do dia.

Com horário quase sempre reduzido e insuficiente para o ritual de comer, via de regra o bancário se alimenta mal. A Voz do Bancário consultou a nutricionista **PATRÍCIA AMORETTI**, que transmite algumas orientações.

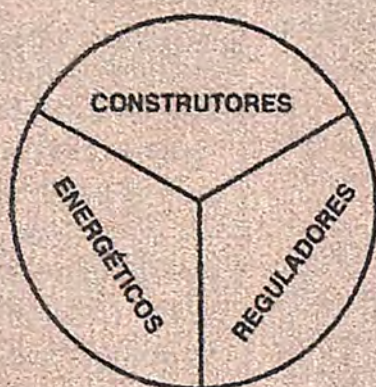
Patrícia afirma que o bancário, por não realizar grande esforço físico, não necessita de grande quantidade de calorias em sua alimentação. Quem ingerir além do necessário, armazenará no corpo essa energia sob forma de gordura.

Quem, no banco, exerce uma atividade onde a tensão é constante, por lidar com o público ou com dinheiro, deve manter um intervalo menor entre as refeições. A isso faz o organismo produzir uma quantidade maior de ácido gástrico, e esse, quando não encontra os alimentos, atua sobre as paredes do estômago podendo causar gastrite e posteriormente úlceras.

O ideal seria que as pessoas fizessem de quatro a seis refeições por dia, sendo que as principais são: o café da manhã e o almoço.

O QUE COMER

Uma refeição completa deve conter um alimento de cada um dos grupos do círculo abaixo:



ENERGÉTICOS

Ricos em hidratos e gorduras

Feijão, arroz, batata, aipim, massa, açúcar, etc. São responsáveis pela energia.

CONSTRUTORES

Ricos em proteínas

Carnes em geral, ovos, leite e seus derivados. São responsáveis pela formação e manutenção muscular.

REGULADORES

Ricos em sais minerais e vitaminas

Legumes, frutas e verduras. Regulam as funções do organismo.

O QUE EVITAR

EMBUTIDOS (salsichas, patês, presuntos, etc.) **MAIONESE, CATCHUP, MOSTARDA, REFRIGERANTE** - São ricos em gorduras e conservantes e aumentam consideravelmente as calorias de uma refeição.

CHEES - Apesar de possuir os elementos de uma alimentação básica, o seu consumo habitual deve ser evitado, pois uma alimentação saudável tem que ser variada.

Para quem não tem muito tempo

Patrícia recomenda para quem tem apenas 15 minutos de intervalo para almoçar, que opte por um lanche, já que não teria tempo para almoçar de maneira a ingerir o mínimo necessário para se alimentar bem. Neste lanche deve dar preferência a alimentos naturais como batidas, frutas, sanduíches, etc.

Quem dispõe de 30 minutos deve optar, no almoço, por uma refeição leve. Isso não quer dizer que vá comer pouco, deve se alimentar com médias porções de alimentos energéticos: (feijão, polenta, batata, massa, pães...), uma porção de alimentos controladores (carnes, ovos, leite e derivados) e reguladores (verduras e frutas).

O ser humano adulto necessita ingerir em média 2.500 calorias por dia e para quem não tem muito tempo

no almoço, a solução é ingeri-las em outras refeições. Nestes casos, deve-se tomar um café da manhã mais reforçado (pão, leite, frutas, cereais, queijo, iogurte, etc.), um lanche antes do almoço (frutas, iogurtes, leite, biscoitos, etc.), após o trabalho, um novo lanche e a janta sendo basicamente igual ao café da manhã ou almoço.



Diz ainda Patrícia Amoretti que a prática regular de exercícios físicos favorece a saúde do corpo e da mente. Fortalece o coração e a circulação sanguínea melhora. A boa forma também pode diminuir os níveis de colesterol e da pressão sanguínea, controlar o peso e reduzir a taxa de stress, e todos esses fatores colaboram para a diminuição do risco de doenças.

Procurar a reeducação alimentar é possível e aconselhável, mas geralmente isso só ocorre quando as pessoas são forçadas por problemas de saúde.

VALE QUANTO PESA

Uma boa opção para quem não tem muito tempo para almoçar e não quer pagar o preço de uma refeição completa, são os "buffet à quilo". Esta novidade surgiu em Caxias há aproximadamente dois anos e lentamente conquistou o público bancário. Veja algumas opções de restaurantes que aderiram a este sistema:



Egidius - Localizado na rua Alfredo Chaves, 571, serve de segunda à sexta 10 pratos quentes e 16 frios, pelo preço de R\$ 7,20 ao Kg. E a sobremesa não é cobrada.

Restaurante Roda Viva - Localizado no Recreio Cruzeiro, serve de segunda à sexta 13 pratos quentes e 12 frios ao preço de R\$ 5,80 e aos sábados pelo preço de R\$ 6,20. A sobremesa é servida pelo preço de R\$ 5,40 ao Kg.

City Lancheria - no andar térreo do Sindicato. Serve de segunda à sexta 12 pratos quentes, 12 pratos frios e frutas, pelo preço de R\$ 6,19 ao Kg. Estando bem localizado, tem como base da clientela os bancários.

Abokatto - Localizado na rua Os 18 do Forte, 1357, serve de segunda a domingo 8 pratos quentes e 20 frios, pelo preço de R\$ 7,24 ao Kg. Não é cobrada a sobremesa.

Ma Ville - Localizado na esquina das ruas Bento Gonçalves com a Rua Dr. Montauray. Serve sete pratos quentes e quatro frios. Oferece uma variedade de pratos diferentes todos os dias, ao preço de R\$ 6,30 ao Kg.

Via Six - Localizado na Av. Júlio de Faria, 100, serve de segunda a domingo 18 pratos frios e 8 quentes por R\$ 7,50 ao Kg.

AABB Flores/Bradesco é campeã da COPA 60 ANOS

Na partida disputada contra o time do Sudamér/Nacional, a equipe AABB Flores/Bradesco tornou-se a campeã da copa 60 anos do Sindicato dos Bancários.

Rogério e Luciano marcaram os gols da vitória florense, enquanto Vanderlei fez o gol de consolidação, que encerrando o jogo.

A decisão do terceiro e último lugar, o BCN aplicou uma goleada na Bamerindus Imigrante, 10 a 1.

O vencedor da Copa 60 anos foi o time do Marchão, do

BCN, com 17 gols marcados, e o goleiro menos vazado foi Paulo Fraga, da AABB Flores/Bradesco, com oito gols sofridos.

A Copa começou no dia 17 de março/95, com a participação de 12 equipes: BIC Banco/Econômico, Meridional Nova Petrópolis, BCN, Bradesco



Equipe AABB Flores/Bradesco

Centro/São Pelegrino, Sudamér/Nacional, Banestado, CEF Caxias, Real e Bamerindus Centro/Imigrante.

Dormindo com o inimigo



não há, entre homens e mulheres a cultura de que na relação sexual a camisinha é tão necessária quanto o próprio órgão sexual, e que o fato do pênis ser um órgão masculino, não quer dizer que seja penas o homem que tenha de carregá-las na carteira.

Neste tipo de análise, poderíamos identificar vários motivos para que a mulher não tenha camisinhas consigo:

a) A mulher tem medo do que o seu parceiro irá pensar;

b) A sociedade sempre reprimiu o comportamento sexual da mulher e esta ainda guarda resquícios de ser tida como agente passivo na relação sexual;

c) A mulher tem confiança em seu parceiro e que este não mantém relações com outras pessoas.

Em qualquer dos casos os argumentos não são maiores do que as vidas humanas que estão em jogo.

No caso dos homens, os motivos para não portar camisinhas são menores, pois o medo do que o parceiro irá pensar praticamente não existe, uma vez que a sociedade sempre estimulou o seu comportamento sexual promíscuo.

Neste caso, os únicos motivos parecem ser se tratar de alguém que não dá valor à vida e é completamente irresponsável ou alguém ignorante e que acha que isto só acontece com os outros.

A proporção de mulheres contaminadas pelo vírus da AIDS, em relação aos homens, vem crescendo assustadoramente. Há muitas incertezas que a própria ciência não esclarece. Desde o surgimento do vírus da AIDS os cientistas subdividem em fases a sua proliferação.

Seria a primeira fase marcada pelos grupos de risco

onde realmente o perigo de contágio é maior. Seriam estes os homossexuais, os viciados em drogas injetáveis e os hemofílicos.

A segunda fase se caracteriza pela explosão da doença a nível mundial e o fim dos grupos de risco, uma vez que vários dos que pertenciam a estes grupos, contaminavam outras pessoas. O que

marcou esta fase acima de tudo foi a descoberta de vários meios de contágio, inclusive de que os homens contaminavam as mulheres nas relações sexuais.

Mais tarde chegou-se à conclusão de que as mulheres são mais facilmente

contaminadas pelo vírus da AIDS do que os homens. Sem cair no particular de cada forma de contaminação, dentre todas as possíveis, é de fácil identificação de que a relação sexual entre homem e mulher é uma das principais causas da proliferação da doença.

Se após identificar o mal é mais fácil descobrir um remédio, sem dúvida o remédio mais eficaz, neste caso, ainda é a camisinha. Ainda

"Nunca usei drogas e tinha tido uma única experiência sexual antes de conhecer meu marido. Era uma dona de casa. Como podia estar com AIDS? Achava que, estando casada, não corria esse risco. Só não sabia que não era a única mulher na vida dele."

(Carolina Ferreira, 31 anos)

"Eu, Valéria Lewis, 29 anos, soropositiva, contaminei meu namorado."

Sindicato ingressa com ações



Mais de 1.300 bancários entraram na justiça

No dia 15 de março, o Sindicato dos Bancários ingressou de uma só vez com 135 ações referentes à reivindicação das perdas do FGTS. Isto corresponde a mais de 1.300 bancários.

Apesar do grande volume de ações, o Sindicato continua aceitando procurações de quem está interessado em entrar com a ação, mas somente até o final do mês de maio. Este prazo maior se deve a divergências quanto à prescrição do direito. Entre vários entendimentos existem os que compreendem que ainda está dentro do prazo legal.

Sindicato dos Bancários participa do COMDECON

Quem, nos últimos anos, não ouviu falar do COMDECON (Conselho Municipal de Defesa do Consumidor)? Certamente poucos. Afinal, a atuação da entidade foi intensa e, não raras vezes, polêmica, em Caxias do Sul. Resolveu problemas de milhares de consumidores e encampou questões de interesse coletivo, como o valor excessivo da passagem urbana, aceleração dos preços da cesta básica e as distorções no IPTU. O Sindicato dos Bancários se fez presente nesta luta, com três diretores: Ademar Bellini, Gelso Marcon e Pedro Incerti (presidente), por entender que o Sindicato tem que atuar em várias áreas da sociedade, para poder defender os interesses de todos e o direito à cidadania. Pedro Incerti fez esta avaliação, em entrevista concedida à Voz do Bancário:

Voz do Bancário - Que avaliação você faz desses dois anos em que presidiu o COMDECON?

Pedro Incerti - Foram dois anos de experiências fantásticas, onde se pôde observar um conflito muito grande entre consumidor, fornecedor ou prestador de serviços. Atendemos a 7.632 casos de pessoas que, por uma razão ou outra se sentiram lesados e buscaram ajuda no COMDECON.

VB - Quais foram as principais dificuldades enfrentadas?

Pedro - As dificuldades estão na falta de estrutura da entidade e clara má vontade política do poder público municipal em melhorar as condições de funcionamento do Conselho.

Reivindicamos a ampliação do horário de atendimento ao público, não fomos atendidos. Hoje, as pessoas dispõem apenas da parte da tarde para serem atendidas na prefeitura. Em contrapartida, a demanda



Pedro Incerti

pelos serviços de defesa do consumidor é crescente.

VB - Quais foram grandes vitórias COMDECON?

Pedro - As grandes vitórias foram, a nosso juízo, os casos onde o COMDECON procurou soluções para problemas que envolviam interesses coletivos. Destacamos três. A ação do COMDECON que resultou na redução do valor da passagem urbana de R\$ 0,35 para R\$ 0,29. O acordo com os supermercados, que reduziu, em média 15%, os preços de 38 produtos da cesta básica. Por fim, o IPTU em Caxias do Sul, que agora está sendo discutido na Justiça. Com relação aos problemas individuais, a grande maioria foram resolvidos pelo COMDECON.

VB - O que ainda falta para que o COMDECON esteja plenamente capacitado para defender o consumidor e se consolidar como agente defensor da cidadania?

Pedro - Uma melhor estrutura, que consiste em recursos humanos, materiais e financeiros. Assim, o COMDECON terá condições de assegurar que o Código de Proteção e Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90) seja cumprida. Se assim não for, o COMDECON e a própria lei podem cair no descrédito. O que seria lamentável, pois a entidade e a lei são instrumentos importantes à disposição do cidadão. Nestes dois anos, trabalhamos para que o COMDECON não fosse mais uma entidade fantasma e a lei 8.078 não fosse letra morta.



ANO 12 - Nº 60
JUNHO / 1995

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO

CUT

Baixos salários angustiam categoria

O descontentamento nas agências bancárias é geral. A pergunta mais ouvida pelo sindicalista é: "quando é que vem aumento?" Em seguida, o bancário ou bancária expressa que já não há confiabilidade capaz de zerar o débito e o crédito, que fica mais tempo no cheque especial do que na conta corrente comum.

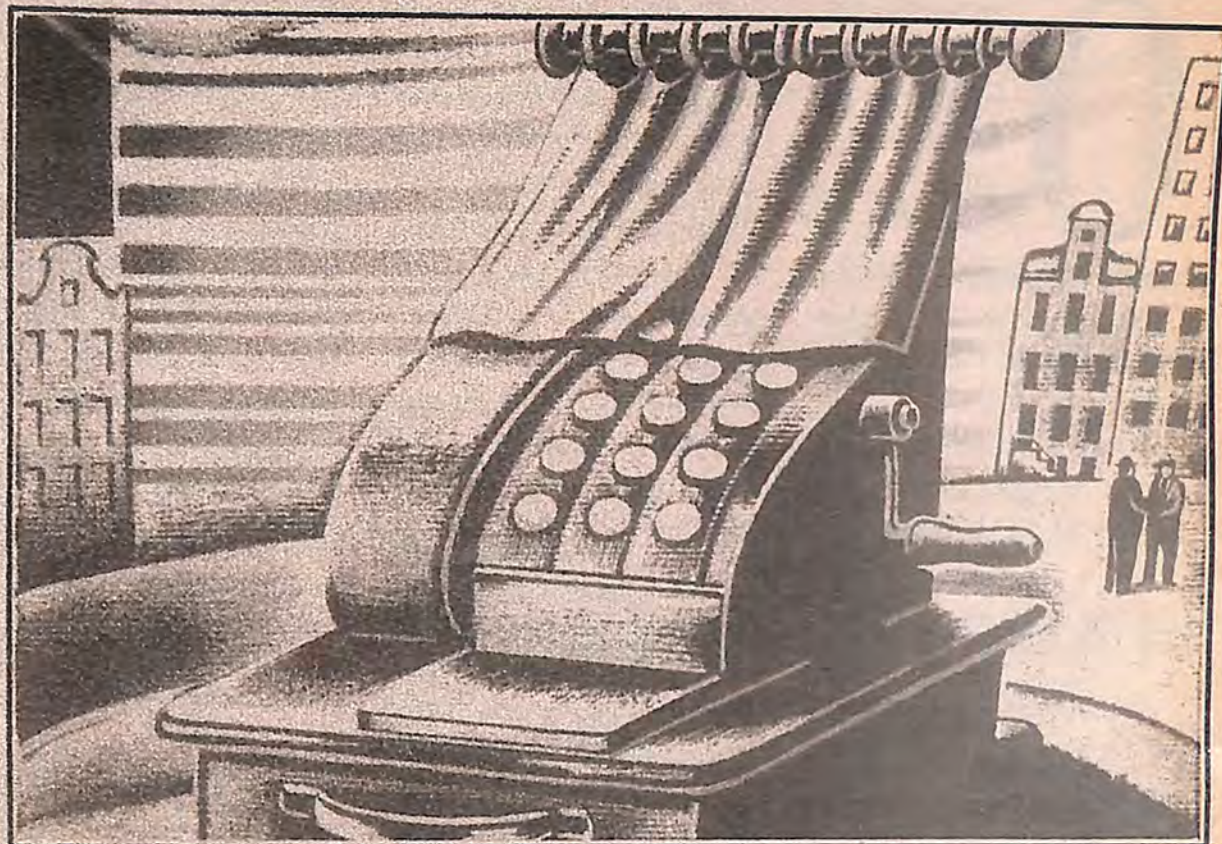
A angústia dos bancários tem fundamento. Preliminarmente, saliente-se que as maravilhas e as ilusões do Plano Real aos poucos vão se dissipando. A euforia inicial, produzida pela queda brusca da

inflação, dá lugar ao realismo dos baixos salários, do baixo poder de compra. Depois de 11 meses de Plano Real, é possível ver a realidade com mais lucidez.

Constata-se que, além da âncora cambial, há a âncora salarial. Ou seja: o governo tenta segurar os preços através da compressão de salários.

O problema é que, apesar de todo o marketing governamental, os preços continuam subindo.

Enquanto isso, os salários ficam estacionados. Em alguns casos, os preços variaram muito além do IPC-r, de julho de 1994 até hoje.



Fenaban evita negociações

Cientes das dificuldades vividas pelos bancários, os sindicatos, através da Executiva Nacional dos Bancários, da Confederação Nacional dos Bancários - CUT e do Sindicato dos Bancários de São Paulo, têm procurado, insistentemente, abrir

negociação com a Fenaban. Até o momento, as portas não se abriram.

Diante da indiferença da Fenaban, o caminho

encontrado foi a negociação com cada banco. Alguns resultados foram alcançados, mas são inexpressivos di-

ante das necessidades dos bancários. Muitos bancos ainda não se manifestaram sobre a possibilidade de conceder reajustes salariais.

BANCOS QUE CONCEDERAM REAJUSTES/ANTECIPAÇÕES

BANCO	PERCENTUAL
BRADESCO	de 5% a 30%
BAMERINDUS	5%
ITAÚ	8%
MERCANTIL SP	5%
REAL	de 5% a 9%
SUDAMERIS	6%
UNIBANCO	5%

BB e CEF: sem perspectivas de reajuste

A situação dos funcionários das duas principais instituições financeiras federais é dramática.

Desde setembro de 1994, seus salários não são reajustados. São 11 meses de congelamento. E o mais grave é que não há perspectivas.

Os presidentes do Banco do Brasil e da Caixa Econô-

mica Federal limitam-se a dizer que os funcionários precisam fazer "um pouco de sacrifício e diminuir o padrão de vida". Uma recomendação hipócrita.

Tanto Paulo Ximenes como Sérgio Cutolo sabem que o propalado alto padrão de vida de seus funcionários não passa de um mito.

Como se isso não fosse o bastante, os funcionários do BB e da CEF vivem acuados em função dos projetos de reformulação administrativa, defendidos pelas diretorias de suas respectivas instituições. Os funcionários não sabem se serão ouvidos e, muito menos, o que lhes reserva o futuro.

EVENTO

60 ANOS - SINDICATO DOS BANCÁRIOS

Comédia Teatral

"POESIAS & GARGALHADAS"

Grupo Teatral Misturas & Bocas

Data: 10/06/95

Horário: 20 horas

Local: Casa da Cultura

Ingressos: R\$ 1,00 (sócios)

R\$ 2,00 (não-sócios)

Informações: 223.2166 - Eliane ou Rochelle

BANRISUL/ASSALTO

Família de bancário recebe indenização

O Banco do Estado do Rio Grande do Sul foi responsabilizado civilmente pela morte, em assalto, do caixa Clóvis Loss, ocorrida em Caxias do Sul, no dia 30 de novembro de 1993.

Loss foi assassinado quando transportava dinheiro no automóvel do Banrisul, para

a localidade de Santa Lúcia do Piaí, interior de Caxias do Sul. A ação indenizatória foi ajuizada pela viúva do bancário, que postulou em nome próprio e de seus dois filhos, um dos quais nasceu semanas depois da morte do pai.

O Banrisul perdeu na primeira instância. Recorreu ao Tribunal e novamente perdeu. Diz o acórdão da 6ª Câmara Cível do Tribunal de Al-

çada do RS: "É responsável, por culpa aquiliana, a instituição financeira que impõe a seus empregados conduzirem quantias de vulto, sem as cautelas da lei". Diz ainda o acórdão: "conduzir valores em veículo identificado pelo logotipo do banco, a lugares interioranos sem qualquer preocupação com a segurança dos empregados, corresponde a inequívoca culpa".

Pensão até o ano 2032 e promoções pós morte

O Banrisul pagará à viúva e aos dois filhos uma pensão mensal correspondente a dois terços dos vencimentos que Clóvis Loss tinha em vida.

Haverá também incidência sobre férias, 13º salário, gratificações de caixa, abonos, a média de horas extras praticadas nos últimos seis meses, auxílio creche até a data em que o filho mais novo atingir 83 meses, salário-família, vales-refeição, cheque-rancho e demais gratificações conferidas e a conferir a todos os demais servidores. Os valores serão pagos

até a data em que, se vivo, Clóvis completasse 70 anos de idade, ou seja, em 2032. Em todas estas parcelas serão incluídos, ainda, os adicionais relativos a eventuais promoções a que a vítima teria direito, por antigüidade funcional.

A reparação pelos danos morais será no valor equivalente a 400 salários-mínimos, a serem pagos de uma só vez. Serão ressarcidos, ainda, os valores das despesas provenientes da sepultura, funerais e gastos com o luto da família.

NOTA

Para a diretoria do Sindicato dos Bancários foi justa e exemplar a condenação do Banrisul. É claro que não há dinheiro que compense a morte de alguém. Mas que tudo isso sirva de alerta e exemplo para os bancos que fazem bancários transportar dinheiro sem a mínima segurança, pondo em perigo sua vida.

DINHEIRO PÚBLICO

Governo desvia recursos do FSE

Ter dito que o social seria prioridade de governo não passou de retórica de FHC na campanha eleitoral de 1994. Após a posse, parece haver inversão de prioridades.

Em 1994, criou-se o Fundo Social de Emergência (FSE). FHC, na época ministro da Fazenda, dizia que seria um fundo crucial para a estabilização da economia, porque evitaria um rombo no orçamento.

O fundo seria aplicado "no custeio de ações do sistema de saúde e educação, benefícios previdenciários e auxí-

os assistenciais". Propósito nobre, não?

A prática, porém, tem sido outra. Com o dinheiro do FSE já se comprou cristais para o presidente americano Bill Clinton, goiabada cascão para a Presidência da República. Também se lançou mão do fundo para revisar o aparelho de cinema do Jaburu (residência oficial do vice-presidente Marco Maciel). Até flores nobres foram compradas para enfeitar o Jaburu.

Pasmem! O austero ministro do Planejamento, José Serra, usou o dinheiro para

pagar almoço.

E mais: os diplomatas custearam os eventos do "Dia do Diplomata" com o dinheiro do FSE.

Enquanto isso, a saúde e a educação vão de mal a pior porque, segundo os ministros responsáveis por essas áreas, não há recursos. Quanto à Previdência Social, o governo diz que a sua falência é iminente. Com isso quer justificar, é claro, o fim da aposentadoria por tempo de serviço.

Essa tem sido a visão que o governo Fernando Henrique Cardoso tem do social.

QUEBRA DE CAIXA

CÂMARA PROTEGE SONEGADOR

Na primeira semana de maio, com a concordância do governo FHC e os votos do PFL, a Comissão de Justiça da Câmara Federal assegurou o sigilo bancário aos sonegadores. Ao que tudo indica, só se aprovou na Reforma Constitucional o que interessa aos donos do poder e da riqueza.

Como diz o jornalista Elio Gaspari: "a reforma da Previdência Social começa a se transformar no triste capítulo dos costumes nacionais".

IMORALIDADES NO JUDICIÁRIO

O Jornal do Brasil (RJ) publicou, no início de maio, uma série de reportagens sobre o judiciário brasileiro. É um escândalo. Inoperância, mordomia, nepotismo (emprego de parentes) e contratação de funcionários sem concurso. Controle externo do Judiciário? Nem pensar. O Executivo e o Legislativo, pelo menos, passam pelo teste do voto. O Judiciário é imune à avaliação dos cidadãos.

BRADESCO MANTÉM LUCROS

O Bradesco fechou o primeiro trimestre de 1994 com lucro líquido de R\$ 124 milhões. No ano passado, no mesmo período, o lucro foi de R\$ 130 milhões. O Bradesco tem hoje 1.850 agências espalhadas pelo país e um total de 57 mil funcionários. Desde o Plano Cruzado (1986), a redução de funcionários no Bradesco é contínua. O banco já teve 160 mil funcionários.

SINDICATO PRESTA CONTAS

Para a promoção da Copa 60 Anos Sindicato dos Bancários foram gastos R\$ 1.470,00. Foram pagos R\$ 260,00 referentes a aluguel do Ginásio de Esportes Pedro Carneiro Pereira, R\$ 1.040,00 para arbitragem, R\$ 151,00 na compra dos troféus e R\$ 19,00 de fotografias. Não foram computadas as despesas com telefone, cópias, súmula, fax, telex e combustível.

Voz do Bancário

Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região

Filiado à CUT

Base Territorial: Caxias do Sul, Antônio Prado, Canela, Farroupilha, Flores da Cunha, Garibaldi, Gramado, Nova Petrópolis, São Marcos e Veranópolis.

Sede: Rua Borges de Medeiros, 574

Caixa Postal 553 - Caxias do Sul - RS

Fones: (054) 223.2166 e 223.3119

Fax: (054) 223.2060 Telex: 542420 EBCX

Diretor de Imprensa: Wilson A. Steinmetz

Fotos: Wilson A. Steinmetz

Planejamento Gráfico e Editoração Eletrônica:

Traço Diferencial Comunicação - Fone: (054) 220.1650

Impressão: Jornal Pioneiro

Tiragem desta edição: 2.300

Ato público diz não à privatização

Mais de sete mil pessoas presentes no Ginásio da Brigada, em Porto Alegre, no dia 20 de maio, afirmaram sua posição em defesa do Meridional público e estatal

Não está morto quem peleia!

Os funcionários do Banco Meridional sabem disso e, por isso, não vão entregar a rapadura tão facilmente. Não se trata da defesa de mero interesse corporativo, de salvar empregos. Deleadem, acima de tudo, um banco que construíram a partir do zero. Estão preocupados com os destinos do desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul e do país. Essas são as razões que movem os funcionários do Meridional.

O ato público, realizado no Ginásio da Brigada Militar, em Porto Alegre, no dia 20 de maio, manifestou a determinação do funcionalismo e seus familiares. Mostrou também que a luta contra a privatização do Meridional está unindo o Rio Grande, do PT ao PPR, do trabalhador ao empresário, do sindicalista ao líder empresarial responsável. Além disso, há o apoio de personalidades de expressão nacional, como Brizola e Lula, os dois maiores líderes de oposição ao governo FHC.

A seguir trechos de pronunciamentos feitos no ato público. Na transcrição, mantida a linguagem coloquial.

POR QUE MEXER?

"(...) Eu estou notando que está faltando gente aqui. Gente que durante a campanha eleitoral para o governo do Estado do Rio Grande do Sul não falou que concordava com a privatização do Meridional. E, no mínimo, o Antônio Britto deveria estar aqui, já que ele defende a ideia que a capital do RS deve ser também a capital do Mercosul. O Meridional pode ser uma importante instituição de fomento no Mercosul (...) Fernando Henrique Cardoso até agora só mexeu naquilo que está dando certo. Ele resolveu mexer, não para melhorar, mas para piorar (...) Qual é o mal que o Meridional está causando ao Rio Grande do Sul e ao país? Nenhum. O governo federal está tirando dinheiro do Tesouro Nacional para financiar o Banco? Não. O governo do RS está tirando dinheiro do Estado para ajudar o banco? Não. O banco está funcionando corretamente? Sim. Então, por que mexer? Por que o Fernando Henrique não deixa essas bobagens de lado, como quer privatizar o Meridional, e não vai mexer no grande latifúndio para fazer a reforma agrária de uma vez por todas? Por que não vai mexer nos sonegadores da Previdência Social, naqueles que não pagam Imposto de Renda? (...) "



Luís Inácio Lula da Silva
Presidente Nacional do PT
Ex-candidato à Presidência da República (89 e 94)

PRIVATIZAR É CENTRALIZAR

"(...) Privatizar, agora, o Banco Meridional por quê? Ele superou a crise, está funcionando normalmente. É inconveniente para a economia do Rio Grande do Sul e dos demais estados da região sul. Porque esta privatização é o caminho da centralização. O banco poderá ser comprado por grandes conglomerados financeiros como Bradesco, Bamerindus, Itaú, como foram comprados todos os bancos privados do RS ao longo de sua história. Isso é inconveniente, é um erro. Eu já disse isso ao governador Britto (...) Eu espero que o governador Britto compreenda, resista, se una aos funcionários do Meridional, a todos nós, à bancada gaúcha na Câmara Federal, a quem defende essa instituição, porque o Banco Meridional é a defesa da economia regio-



Leonel Brizola
Ex-governador do Rio Grande do Sul e do Rio de Janeiro

nal. E eu quero vos dizer: sem economia regional forte, não há progresso do RS (...) Agora, quem vai sustentar essa causa são vocês mesmos. Porque quem faz um acampamento glorioso como aquele que vocês fizeram em Brasília não tem agora porque ceder um palmo, um milímetro do terreno conquistado. E vocês sabem que para isso estão contando com todos nós (...) "

MERIDIONAL ESTATAL

"(...) O Meridional tem que ser um banco estatal público e não um banco privado. Privatizar o Meridional, hoje, é colocar em prática aquela máxima que diz: 'privatização dos lucros e socialização dos prejuízos'. Quando o Sul brasileiro foi à breca, o poder público assumiu os prejuízos. Agora que o Estado criou e recuperou o Meridional, tornando-o um banco lucrativo (...) aí tem que entregar o banco à iniciativa privada (...). Essa luta não é só dos funcionários do Meridional, da categoria dos bancários. É também a luta dos micro, pequenos e médios empresários urbanos e dos pequenos produtores rurais. É a luta do povo gaúcho e do povo brasileiro (...). Por um Meridional estatal e público, voltado para o fomento da agricultura e da indústria. Boa luta."



Tarso Genro
Prefeito de Porto Alegre

BANCO DO MERCOSUL

"Nós, que somos homens públicos com responsabilidades, queremos que o Meridional continue cumprindo com sua função social, atendendo às pequenas e médias empresas, mas também queremos que ele seja o grande banco do Mercosul. Dentro dessa ótica, a bancada federal do RS, com mais trinta deputados federais de outros estados, apresentou, no dia dezoito de maio de 1995, um projeto de lei mostrando ao governo federal que temos alternativa para o Meridional. Os deputados federais querem a suspensão imediata do processo de privatização do Meridional, para que se possa discutir esse pro-



José Fortunatti
Deputado Federal PT/RS

jeto de lei que visa transformar o Meridional no banco do Mercosul".

SÓ FALTA UM: É O GOVERNADOR

"Que bom que nós conseguimos reunir o Rio Grande. Da esquerda à direita. Só falta um. É o nosso governador. É importante que o Britto saia do muro. E essa mobilização aqui é uma pisada nos calcanhares dele. Ele vai ter que tomar uma posição. Em toda a história do Meridional, os governadores do RS estiveram ao lado do banco e, portanto, da economia do RS".



Pompeo de Mattos
Dep. Estadual PDT/RS
Presidente da Comissão Externa da Assembleia contra a Privatização do Meridional

LUTA PELA DEMOCRACIA

"(...) Qual a razão de fundo para a privatização do banco? Os grandes empresários do capital financeiro têm dezenas, centenas de bancos no país. Qual a razão econômica da privatização? Trata-se, na verdade, de uma razão que leva, não somente ao lucro, que é o fundamento que move a iniciativa privada. Trata-se da disputa por um instrumento de poder político no RS. Trata-se, na verdade, de entregar o Banco Meridional para um grupo econômico, que controlando esse banco, sem a mínima possibilidade de que a sociedade o controle, o fiscalize, coloque-o no roteiro exclusivo da sustentação do seu poder político e de seus interesses privados (...) Portanto, a luta contra a privatização do Meridional é a luta pela manutenção do equilíbrio democrático no Estado, para não permitir que essa estrutura financeira seja mais um instrumento de poder nas mãos daqueles que controlam a economia, os grandes meios de comunicação e, em última instância, os partidos conservadores no Estado. Que siga o Meridional como banco estatal e que se lute para que ele tenha o controle da sociedade civil, organizada, para transformá-lo em um banco público realmente a serviço da produção, do fomento e do progresso. Muito obrigado! "



Olívio Dutra
Ex-prefeito de Porto Alegre
Ex-candidato a governador do RS (1994)

Programa de Racionalização Administrativa e Aumento de Competitividade da CEF

Carlos Magno G. da C.
Especial para Voz do Banco

Após dois meses da posse, a nova diretoria da CEF anunciou o PRC - Programa de Racionalização Administrativa e Aumento de Competitividade. O anúncio, feito pelo presidente da CEF através da TV Executiva da Embratel, mostrou a falta de domínio sobre o assunto e serviu para aumentar ainda mais as dúvidas da categoria acerca dos propósitos da nova direção da empresa.

A nova estrutura proposta continua obscura em uma série de questões, além de ter sido submetida aos interesses fisiológicos de aliados do governo, expondo a instituição a um vexame público sem precedentes.

Aliás, na escolha dos nomes para compor a diretoria da CEF, deu-se um processo semelhante de desgaste da instituição junto à opinião pública.

MENTIRAS SOBRE A CEF

A política de esculhambar a imagem do setor público tem encontrado forte ressonância junto aos atuais dirigentes da CEF.

Para justificar a implantação do PRC, são divulgados para a imprensa dados distorcidos sobre a empresa com o único intuito de criar ambiente favorável à implantação do programa, sem discutir seu conteúdo e impactos nas atividades da CEF enquanto Banco Social, Prestadora de Serviços e Executora de Operações Delegadas.

"Não é verdade que há um chefe para cada três funcionários na CEF"

Do total de ocupantes de função de confiança, cerca de 19 mil exercem funções técnicas de assessoramento e secretaria, restando pouco mais de 13 mil funções que se enquadrariam no conceito de chefia, estabelecendo portanto uma relação de uma chefia para cada cinco funcionários.

Também não é verdade que existem na empresa 23 níveis hierárquicos. Para que esta afirmação fosse verdadeira, a CEF deveria ter na sua Tabela de Funções, no mínimo, 23 níveis contra os atuais 17, que não guardam relação hierárquica entre si.

A estrutura hierárquica da CEF estabelece até quatro níveis com características específicas para cada segmento da empresa: estratégico na Matriz, operacional nas Superintendências e de execução nas Agências. Isto demonstra que um documento não passa por 12 instâncias decisórias como tentou caricaturizar o Presidente.

O número de agências deficitárias divulgado pela direção da CEF não encontra amparo na realidade.

"Prejuízo de R\$ 2 bilhões é pura manipulação de dados"

Os estudos realizados pelo COMIF, comitê ministerial que controla as instituições financeiras federais, determinou o fechamento de 144 pontos de venda da CEF. Estes estudos levaram em conta, além do número de instituições públicas na mesma praça, a rentabilidade e a capacidade de recuperação de cada ponto de venda.

O prejuízo divulgado de R\$ 2 bilhões é pura manipulação de dados. O número divulgado não considera o impacto inflacionário. Por que não divulgaram os números constantes da Demonstração de Resultado de 1994 em moeda de capacidade aquisitiva constante, procedimento tecnicamente aceito e adotado pelos concorrentes, onde aparece um lucro de R\$ 213 milhões?

Estes são apenas alguns exemplos de informações distorcidas sobre a Empresa que têm sido divulgados para a imprensa.

Todos concordamos que a CEF necessita de mudanças, mas somos frontalmente contrários à afirmação apocalíptica do presidente da CEF: implantação do PRC ou a extinção da CEF.

MUDANÇAS RESPONSÁVEIS

Também repudiamos a maneira irresponsável e leviana como os dirigentes da instituição têm se referido a ela publicamente.

Nas diversas oportunidades em que o PRC foi debatido com as representações dos empregados, várias questões permaneceram sem

"É preciso saber onde queremos chegar para definirmos como chegaremos lá"

resposta, questões estas que são fundamentais para a análise e compreensão do papel a ser cumprido

pela CEF na visão do governo e seus prepostos na empresa.

A missão da CEF já disseminada no conjunto dos empregados será mantida? Suas atividades serão preservadas integralmente?

A falta de respostas a estas indagações nos impede de fazer uma avaliação minuciosa e pontual sobre o PRC ora proposto, afinal é preciso saber onde queremos chegar para definirmos como chegaremos lá.



Carlos Magno: Diretor da FENAE

Os empregados e a sociedade têm o direito de conhecer as intenções e propostas do governo em relação à Caixa Econômica Federal.

PRC E CONSEQUÊNCIAS

Em tempos de modismos, onde fórmulas fáceis são tratadas como profundos estudos teóricos sobre administração moderna, mais uma "inovação" é apresentada como solução revolucionária para dotar a CEF de uma estrutura ágil e competitiva: a Reengenharia.

Em função dos desgastes acumulados, tenta-se dar uma roupagem nova ao PRC buscando desvinculá-lo da reengenharia para torná-lo mais palatável.

A reengenharia, que conforme pesquisas efetuadas entre as empresas que utilizaram-na tem apresentado resultados bem aquém do esperado, traz no seu bojo consequências danosas para a empresa, que já podem ser observadas na CEF, como a paralisia dos proces-

sos que estavam em andamento, muitos gerando prejuízos irreparáveis.

Também já se pode detectar o clima de insatisfação e resistência às mudanças propostas onde se pri-

"Privilegia-se a coerção em detrimento de ações de convencimento"

vilégia a coerção e a ameaça em detrimento das ações de convencimento e persuasão do corpo funcional cujo apoio é fundamental para a implantação de quaisquer propostas de mudança organizacional.

Além disto, o verticalismo autoritário inerente à reengenharia começa a estabelecer um clima de desconfiança entre os empregados, na medida em que os exclui da discussão do plano e estabelece tratamento diferenciado entre os mesmos, como o reequilíbrio das funções de chefia na Tabela de Funções que representará aumento de remuneração para alguns, enquanto que a questão salarial que atinge indistintamente o conjunto dos empregados continua sem qualquer perspectiva de solução.

O PRC é uma cópia de experiências levadas a cabo em outras instituições financeiras concorrentes e, sob o argumento de que "o que é bom para o setor privado é bom para o setor público", tenta-se transpor para cá uma estrutura que não leva em conta as características próprias de atuação da CEF e muito menos sua missão.

PRC DESCARACTERIZA CEF

Esta estrutura visa atender, onde foi aplicada, às demandas oriundas de operações e processos típicos de um banco comercial. Só que na CEF estas operações e processos respondem por menos de um terço das demandas.

Aqui, além das demandas do banco comercial, atuamos ainda em operações típicas nas áreas de saneamento básico, desenvolvimento urbano, infra-estrutura, na gestão e operação de fundos e programas, na prestação de serviços, etc. Isto parece que não foi levado

em conta na elaboração da política de reestruturação. Outro ponto importante a ser considerado refere-se ao tratamento proposto no fomento na área de habitação e saneamento.

A palavra chave no PRC "gênesis", portanto a estrutura será estar voltada para a realização de negócios nos pontos de venda que deverão ofertar à clientela produtos. Dessa maneira, bui-se aos pontos de venda a competência para a realização de ações ativas e passivas, dos quais, segundo a proposta, de investimentos e autonomia necessária para a conquista de novos clientes e mercados. Até aí tudo bem, não tratar o fomento nas áreas de habitação e saneamento como um "gênesis" e como tal submetê-lo às regras de mercado.

"A palavra chave no PRC é negócio"

Aqui reside o segundo equívoco - tratar os produtos da área de habitação e saneamento da mesma maneira que os produtos da área comercial. Estes estão submetidos à concorrência no mercado onde é grande a oferta dos produtos e pequenos atributos podem fazer uma notável diferença. Ao contrário, nossos produtos na área de saneamento e habitação são diferenciados espontaneamente pelo mercado sem que haja competição.

Dada a relevância social dos mesmos, o que se espera é o desenvolvimento de produtos que busquem a minimização dos custos operacionais destes produtos, o que certamente não é o da descentralização operacional proposta no PRC, que implicaria maiores custos, uma vez que maiores contingentes de pessoal especializado serão necessários para a realização destas operações nas unidades de ponta.

Outra consequência que decorrerá envolvendo as operações de saneamento, habitação e desenvolvimento urbano é o comprometimento do ponto de vista da manutenção na CEF das atividades de consultoria e cooperação técnica, avaliação das repercussões dos empreendimentos e elaboração de propostas para a elaboração de políticas públicas nestas áreas de atuação.

Em resumo, as tarefas que deveriam estar sendo desempenhadas pela CEF, capazes de diferenciá-la como uma instituição socialmente útil, serão desvirtuadas, esvaziando seu papel.

Trabalhadores perdem com a desindexação

A medida provisória 1.053/95 sobre as medidas complementares ao Plano Real. Com ela o governo pretende dar início à desindexação da economia, ou seja, abolir o reajuste automático dos preços pela inflação passada, pois isso representa um fator de inflação futura. Isso na prática, a única parcela da renda nacional sem qualquer proteção, realmente desindexada, é a dos salários (art. 13 da MP).

A MP protege o capital, estabelecendo regras para reajuste dos contratos, alcançando os contratos estabelecidos em razão da atividade produtiva, inclusive ligados com o Estado, os contratos de aluguéis e os contratos decorrentes de operações financeiras (arts. 2º, 3º e 4º da MP).

A MP protege o Estado fixando regras para o reajuste dos impostos. A UFIR continuará existindo (art. 6º da MP). Quanto aos salários, fica vedada, ainda que em negociação ou dissídio coletivo, a estipulação ou fixação de cláusula de reajuste ou correção automática vinculada a índices de preço. Fica instituída a livre negociação, mas as partes não podem estabelecer mecanismos de reajuste automático pela inflação

passada. E mais: na data-base, serão deduzidas as antecipações e os aumentos concedidos no período anterior à revisão. Mas que livre negociação é essa, em que o governo de antemão, em lei, quer fixar limitações?

OBJETIVOS

Nesta fase do Plano Real, o governo pretende:

- (a) realmente uma desindexação geral da economia, mas, temendo reações dos bancos e demais setores detentores do capital, optou apenas pela desindexação dos salários;
- (b) comprimir os salários, diminuindo o consumo, a demanda, e assim mantendo os preços estáveis e aumentando as exportações;
- (c) com o arrocho salarial, baixar o famoso "custo Brasil", que, segundo os economistas do governo, impede que o Brasil seja mais competitivo no mercado internacional.

QUEM PERDE

O movimento sindical, de um modo geral, é favorável à livre ne-

gociação, desde que haja condições como inflação baixa, crescimento econômico, direito de greve, contrato coletivo de trabalho. Ora, no momento, há desaceleração econômica, inflação projetada para 35% em 1995, o direito de greve é restrito e não há contratação coletiva de trabalho. Assim, quem perde com o fim da indexação são os assalariados, principalmente levando-se em conta que os demais preços da economia continuarão indexados.

Para que se tenha idéia de

O movimento sindical há meses vem alertando os trabalhadores: as fantasias do Plano Real aos poucos darão lugar ao realismo, à inquietação, ao sacrifício. Nesse sentido, a Medida Provisória da desindexação dos salários (MP 1.053/95) é um marco significativo e revelador das intenções do governo. É o início da segunda fase do Plano Real, com consequências desastrosas para os assalariados.



LIVRE NEGOCIAÇÃO



RUBERTO

quão drástica é essa medida do governo, basta lembrar que na Itália os salários foram desindexados apenas quando a inflação estava em 8,5% ao ano.

DEFASAGEM

Imagine que em setembro de 1996, data-base dos bancários, haja uma inflação acumulada de 30%.

Os salários, portanto, já estarão bem defasados. Mas os banqueiros resolvam oferecer 10% de reajuste. Se a categoria estiver mobilizada, uma boa greve poderá re-

solver favoravelmente o impasse. Mas se estiver acuada, com medo do desemprego, como ficarão as coisas?

Recorrer à Justiça do Trabalho de nada adiantará, pois a lei diz que não é obrigatória a reposição da inflação passada.

É certo que o fim da indexação dos salários à inflação vai gerar perdas para grande parte dos assalariados, principalmente para aqueles que fazem parte de categorias desorganizadas, com pouco poder de barganha.

Campanha salarial mobiliza bancários

Em seminário nacional realizado em São Paulo, nos dias 8 e 9 de julho, os bancários definiram as reivindicações para a campanha salarial deste ano. Os bancários, mais uma vez, estarão entre as primeiras categorias profissionais a enfrentar alterações promovidas pelo governo no âmbito dos salários.

As principais reivindicações são:

- 45,63% de reposição salarial com base no Índice do Custo de Vida (ICV) do DIEESE de setembro/94 a agosto/95 (estimativa de inflação de 3% para os meses de julho e agosto). Mais 17,7% de produtividade com base na estabilidade média dos nove maiores bancos. Assim totalizaria o reajuste de 64,13%;
- abono de dois salários;
- participação nos lucros/resultados;

- melhoria dos pisos salariais hoje existentes;
- livre negociação sem interferência dos Tribunais da Justiça do Trabalho;
- mesa única de negociação para bancos privados e públicos;
- extensão dos direitos dos bancários aos funcionários dos setores terceirizados.

Pelo Plano Real (Lei nº 9.069/95), os bancários têm garantido somente o resíduo de 20,09% do IPC-r de setembro/94 a junho/95.

Será uma campanha salarial difícil, em função da conjuntura econômica.

Por isso, desde já precisamos abrir as discussões, com o objetivo de estarmos à altura dos desafios, inclusive em nível de mobilização. Sem ela provavelmente recebemos apenas o IPC-r. Depois, só em setembro de 1996.

ASSEMBLÉIA GERAL

Campanha salarial 1995

Na sede do sindicato, dia 20/07, quinta-feira, 18h30min.

PAUTA:

- 1 - Discussão sobre a nova fase do Plano Real;
- 2 - Discussão e aprovação da Minuta Mínima Unificada e das minutas complementares (reivindicações da Campanha Salarial);
- 3 - Autorização para o sindicato negociar e celebrar Convenção e Acordo Coletivo;
- 4 - Desautorização da CONTEC para representar os bancários;
- Discussão e aprovação do Desconto Assistencial;
- 6 - Assuntos Gerais.

Funcionários aterrorizados e sociedade surpresa. Essa é uma descrição do efeito produzido pelo Programa de Demissões Voluntárias (PDV) do Banco do Brasil. O PDV é um programa de incentivo às demissões de funcionários com mais de doze anos de casa. O incentivo consiste em vantagens financeiras adicionais aos direitos legais e regulamentares de todo trabalhador quando da rescisão contratual. O BB quer desfazer-se, de imediato, de 16.500 funcionários.

A sociedade ficou surpresa porque acha que os funcionários são estáveis (na verdade nunca foram, pois seu contrato de trabalho é regido pela CLT) e ganham polpudos salários. Enfim, para o senso comum, o BB é uma ilha segura. O que é um mito!

Os funcionários ficaram aterrorizados. Depois de anos dedicados à instituição, de manter com ela não só um vínculo jurídico, mas também afetivo, viram-se, da noite para o dia, diante do clássico e popular dilema: se correr, o bicho pega; se parar, o bicho come. Ao pedirem demissão, encontrarão um mercado de trabalho retraído e uma economia em desaceleração; se não pedirem demissão, o banco poderá demiti-los amanhã sem as vantagens financeiras adicionais. A decisão teve de ser tomada em duas semanas. E, nesse exíguo prazo, ouvindo todo dia a direção do BB dizer que o banco não mais garantirá emprego, que se não houver 16.500 "voluntários", o banco demitirá até fechar a cota.

A direção do BB alega que sem um corte significativo no corpo funcional o banco se tornará inviável, não será um banco competitivo no mercado e, muito menos, cumprirá com sua função social.

Balela! O jornalista Jânio de Freitas, da Folha de São Paulo, em artigo que reproduzimos ao lado, mostra, a partir de um estudo do Conselho Fiscal do BB, quais são as verdadeiras causas das atuais dificuldades da mais antiga instituição financeira do país.

Diretoria do Banco do Brasil aterroriza funcionários

JÂNIO DE FREITAS

Diagnóstico preciso

Um estudo sigiloso do Conselho Fiscal do Banco do Brasil, datado de 10 de julho, adverte o Conselho de Administração para a impropriedade das demissões em massa como solução dos problemas graves do banco, originados, como o documento demonstra, do uso político do BB nos governos dos últimos dez anos (ou seja, do governo Sarney para cá, cujas práticas, como é notório, prosseguem no atual).

Convém notar, desde logo, que o Conselho Fiscal não é composto por funcionários do BB. Seu presidente, Claudiano Manoel de Albuquerque, signatário do estudo, é coordenador de Programação Financeira do Ministério da Fazenda. Outro dos membros, Paulo França, integra a assessoria da secretaria executiva, também do Ministério da Fazenda. O estudo é, portanto, de técnicos ocupantes de cargos de confiança no governo.

No último decênio, lembra o estudo, o BB esteve sob "uma sequência de administrações visceralmente opostas em suas propostas e realizações", todas efêmeras em razão da brevidade de cada gestão. "A transição de cinco diferentes administrações em cinco anos impõe indelével danos ao planejamento."

O que o estudo "depreende da nefasta situação hoje enfrentada (pelo BB) é que a responsabilidade recai, sem qualquer sombra de dúvida, sobre o acionista majoritário (o governo), em nome da

União, a quem cabe assumir o ônus e equacionar a solução". A coragem do documento, se faltassem outras evidências, é clara na afirmação de que o "acionista majoritário", se fugir ao ônus e à solução adequada, "o fará sob pena de incorrer nas cominações a que se reporta o art. 117 da lei 6.404/76". A fonte numérica dos problemas do BB é posta a nu: "Atendo-nos ao prejuízo observado até maio, da ordem de R\$ 1.730 bilhão, em contrapartida

federal (e do governo federal): US\$ 2,408 bilhões. Outras sob ação judicial - INSS, Receita Federal e Mendes Jr.: US\$ 4,065 bilhões. Em negociação com o Banco Central (dívida do BC): US\$ 591 milhões. Total da inadimplência sob responsabilidade do setor privado: US\$ 10,442 bilhões". Total de créditos vencidos do BB, em relação ao prejuízo até maio de R\$ 1,730 bilhão: R\$ 16,870 bilhões (US\$ 18.337.700).

Esse total "corresponde a aproximadamente



Plano de incentivo às demissões

aos reduzi-

dos efeitos que se espera alcançar com o programa de demissão de funcionários, que, por sua vez, também implica outros custos advindos das próprias indenizações, contratação de empresas de consultoria etc. remetemos nossa atenção para outros números que, estes sim, despontam como reais transgressores dos princípios básicos de saúde financeira de uma instituição sólida como o Banco do Brasil". Seguem-se os rombos:

"Títulos utilizados pelo Tesouro Nacional nos últimos aumentos do capital (do BB), à época de suas emissões: US\$ 101,7 milhões. Valores não-recebidos na alienação da Acesita: US\$ 730 milhões. Dívida discutida com o governo

da - mente três vezes o patrimônio líquido do banco". Mas nele ainda "não estão computados os prejuízos causados pelas alternadas decisões negociadas entre Poderes Executivo e Legislativo de crédito rural - caracterizando-se como infringente da lei 6.404/76". O estudo não computou, também, os "custos impostos ao banco na cessão de funcionários ao Executivo, hoje de aproximadamente 450 servidores".

O Conselho Fiscal lembra que só a cobrança dos débitos vencidos entre janeiro e maio, totalizando R\$ 2,3 bilhões, já reverteria o atual quadro negativo das finanças do banco. Relembra suas sugestões anteriores, em relação a agências no exterior,

"ênfase na repartição de cursos, melhor aproveitamento de agências e subsidiárias e extinção das deficitárias". No âmbito interno, reclama pelo corte de despesas e diminuição das despesas administrativas, que, "no curto prazo, permanecem em torno de R\$ 100 milhões". Se lembra, lembra, é porque não foi o caso.

Sobre as demissões em massa, o estudo do Conselho Fiscal não é menos claro e enfático: "mo que demissões sejam inevitáveis, 'não são capazes de produzir os efeitos necessários à reversão do cenário deficitário'. Se vem agravando nos últimos meses, mantendo perspectivas sombrias para o próximo semestre". As demissões são "tão voltadas para o segredo quanto para o menos responsável", desordenação a que foi submetido o banco neste decênio". Já em 1990, o então presidente Alberto Polidoro deu início à redução do número de agências, além de incentivar a demissão, daí não surgindo benefícios palpáveis, nada obstante os custos demitidos". Demissões, na conclusão do Conselho, devem "insistir em contexto mais amplo, contemplando a efetiva participação do Tesouro Nacional na solução dos problemas, inclusive mediante quitação de seus débitos com o banco".

É indiscutível a dupla responsabilidade do governo na situação dramática do Banco do Brasil. Com seus últimos assessores, por ser criador do problema; sem aqueles, por aplicar tratamento inadequado. O mesmo aliás, aplicado no governo Collor sobre o BB e sobre o funcionário em geral, e que levou a uma montagem do programa (que acabou) de Fernando Henrique Cardoso. "Collor destruiu todo o aparelho de governo".

Folha de São Paulo, cad. 1, p.5, 14/07/95

Sindicato presta contas

DEMONSTRATIVO DA RECEITA E DESPESA EM 30/06/1995

RECEITA		DESPESAS	
Contribuição sindical	6.717,37	Reparos conserv. sede - Veículos	1.815,28
Mensalidades	129.151,34	Federação - Mensalidades	9.417,10
Outras rendas - Salão	1.112,41	CUT - Contrib. regulamentares	3.134,70
Outras rendas - Gab. dentário	4.894,00	Assistência dentária	15.475,67
Aluguel de imóvel	8.918,07	Assistência jurídica	4.764,72
Juros de depósitos	14.500,66	Ordenados	26.614,02
Subvenções	954,98	FGTS - Prev. Social - PIS	13.785,49
Rendas diversas	165,42	Telefone - Telex	3.361,39
Eventuais (xerox, telefone)	4.317,50	Seguros	2.202,83
TOTAL	170.731,75	Finalidades esportivas	1.479,80
		Jornal informativo	415,00
		Administração geral	36.278,96
		TOTAL	118.744,96
		RECEITA - DESPESA	51.986,79

DEMONSTRATIVO DE SALDO EM CAIXA E APLICAÇÕES EM 30/06/95

Caixa	140,61
Banco do Brasil	24.000,00
C.D.B.	507,10
Banco do Brasil	10.427,67
Depósito Poup.	20.000,00
Banco do Brasil	17.027,79
Aplic. C. Prazo	72.103,17
Caixa Econ. Federal	
C.D.B.	
Caixa Econ. Federal	
Aplic. C. Prazo	
TOTAL CAIXA	
EBANCOS	

NOVOS CONVÊNIOS

● Psicologia Clínica - Nádia Paula Frizzo, psicóloga graduada pela Universidade de São Paulo (USP), atende adolescentes e adultos. Consultório: Rua 20 de Setembro, 1675, sala 704, Centro Comercial Honorino Rossi, Caxias do Sul - Fone: 221.8738.

● Ecografia - Ecografistas Reunidos prestam serviços de ecografia: medicina interna, ginecologia obstétrica, perfil biofísico fetal e endovaginal. Rua Bento Gonçalves, 2125, Caxias do Sul - Fone: 221.6751.

Voz do Bancário - Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Rua Borges de Medeiros, 574 - CP 553 - Caxias do Sul - RS. Fones: 223.2166 e 223.3119 - Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz. Ilustração: Roberto do Nascimento - Traço Diferencial Comunicação - 220.1650 - Impressão: Jornal Pioneiro - Tiragem: 2.300



Campanha salarial reivindica 67,55% já

A campanha salarial de 1995 já iniciou. Os bancários são conhecedores das dificuldades que enfrentarão. Elas se repetem todos os anos. São planos econômicos ou alterações pontuais na política econômica que geralmente ocorrem nos meses que antecedem a data-base (setembro). Esse ano é a nova fase do Plano Real: a desindexação dos salários. Doravante, todos os contratos, públicos e privados, e preços em geral continuam indexados, ou seja, reajustados automaticamente pela inflação passada. Apenas os salários são objeto de livre negociação.

Os bancários querem 67,55% já! A cada mês que

entra o salário acaba mais cedo. Como diz um apresentador de programa de auditório da televisão brasileira: "o salário acaba e o mês continua".

Preços significativos para o orçamento dos bancários têm subido vertiginosamente: alugueis, mensalidades escolares, seguros, condomínio, vestuário, os serviços de modo geral. Aliás, desde a introdução do Real, o setor de serviços tem dado de goleada, principalmente nos salários.

PORQUE 67,55%

Esse índice não é uma invenção. É o resultado da variação do Índice de Custo de Vida do DIEESE (48,67%), mais a rentabilidade média dos nove maiores bancos brasileiros a título de produtividade (12,7%).

Um reajuste de 67,55% não colocaria os bancários no melhor dos mundos, mas lhes daria um pouco mais de fôlego, o cheque especial poderia deixar de ser a causa de tantos pesadelos.

Agora, o reajuste não vai cair do céu! Para os banqueiros quando se trata de salário tudo é difícil. Por isso, é necessário que os bancários estejam atentos, para não cair no conto do banqueiro, e dispostos a mobilizarem-se.

Nessa campanha salarial os bancários ainda querem: estabilidade no emprego por um determinado tempo (a negociar), participação dos lucros, abono equivalente a dois salários brutos e transparência, moralidade e democracia nos bancos públicos.

Real não atinge lucro dos bancos

Em meados de agosto (17) o jornal Folha de São Paulo publicou o caderno *Folha 300 Finanças*, onde apresentou o ranking do sistema financeiro com base no desempenho obtido em 1994. O Datafolha analisou as demonstrações financeiras de 650 instituições, por meio dos balanços publicados ou disponíveis até o dia 30 de junho de 1995.

Conclusão: os bancos ganharam dinheiro também com a inflação baixa. A rentabilidade do setor financeiro no ano de 1994 foi de 12,8% contra 12,3% em 1993.

LUCROS OBTIDOS

É claro que a receita proveniente do chamado ganho inflacionário caiu consideravelmente. Em compensação, as tarifas aumentaram espantosamente, cresceram as operações de crédito e os juros mantiveram-se altos.

Quanto ao primeiro semes-

tre de 1995, não obstante a inflação relativamente baixa, os bancos mantiveram em alta a rentabilidade.

Segundo o analista Roberto Teixeira da Costa, em artigo publicado no caderno *300 Finanças*, as causas da manutenção da rentabilidade são: a taxa de juro elevada; situações propícias para ganhos nas operações de tesouraria; expansão do consumo no primeiro semestre de 1994 e no primeiro semestre de 1995 com o conseqüente aumento de crédito ao consumidor; aumento das operações de leasing e a reabertura gradual do mercado de capitais internacionais para emissões de bancos brasileiros.

Enfim, em que pese a quebra do Banco Econômico, o sistema financeiro, como um todo, vai bem, obrigado!

Qualquer reclamação de banqueiro na campanha salarial de 1995, não passará de mera chorumeia.

Proposta da Fenaban é insuficiente

Os banqueiros apresentaram uma proposta para a categoria, na primeira negociação desta campanha salarial, realizada dia 23 de agosto.

No entanto, os números apresentados não se aproximam daqueles reivindicados pela categoria. Quanto ao índice de reajuste salarial, a reivindicação dos bancários é de 67,55%, eles ofereceram 27%. É pior sobre os salários de setembro de 1994 (veja quadro). As demais verbas também o seriam corrigidas por este índice.

A proposta da Fenaban condiciona as discus-

sões sobre produtividade e participação nos lucros. Eles oferecem um abono equivalente a 72% do salário base do bancário como forma de quitar a reivindicação de participação nos lucros dos anos de 1994 e 1995. A reivindicação de produtividade é esquecida.

PELA PROPOSTA DA FENABAN QUEM RECEBEU...

ANTECIPAÇÃO DE:	TERÁ DIREITO A:
8%	17,59%
8% + 5%	11,99%
8% + 6%	10,94%
8% + 7%	9,90%
8% + 8%	8,88%

Sindicato exige exame demissional

Em cumprimento à Norma Regulamentadora nº 7, do Ministério do Trabalho, o Sindicato dos Bancários só dará assistência à rescisão contratual de trabalho mediante apresentação de exame médico demissional, chamado de Atestado de Saúde Ocupacional (ASO). O atestado deve ser apresentado em duas vias. Uma ficará com o banco e a outra com o bancário. O atestado tem como objetivo verificar se há alguma doença contraída em função do exercício profissional (doença profissional).

O caso do Banco Econômico produziu grande alvoroço na arena política e financeira. De modo especial, revelou, entre outras coisas, a incoerência, as fraquezas e os interesses pouco nobres de FHC e ACM.

Queda do Econômico revela crise

Os artigos dos jornalistas Clóvis Rossi e Carlos Heitor Cony, abaixo reproduzidos, descrevem com precisão essas duas importantes personalidades da política nacional.

Clóvis Rossi

O escândalo do Banco Econômico tem, ao menos, o mérito de deixar exposta com toda a nitidez a face de alguns dos grandes atores políticos. A saber:

1. A fatia politicamente mais relevante do liberalismo brasileiro mostra, mais uma vez, que só é liberal quando estão em jogo os interesses e os empregos alheios.

Reclama da lentidão na privatização, quando conduzida por um ministro (José Serra, do Planejamento) que não é santo da devoção do liberal-pefelismo.

Mas, quando se trata de seus próprios interesses, corre ao papai Estado com uma ânsia de fazer inveja à mais stalinista das esquerdas. E consegue que, em vez de se privatizar um ente estatal, se

O caráter de cada qual

estatize um ente privado. É fantástico.

2. O senador Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA) demonstra, uma vez mais, que a única característica indelével de sua personalidade é a truculência. Tentou ganhar no berro da jornalista Mônica Waldvogel (SBT), cujo crime foi fazer a pergunta certa para o homem certo.

Afinal, você, leitor, que palavra usaria, se não chantagem, para descrever a ação de alguém que diz ter informações comprometedoras, ameaça divulgá-las e depois as arquiva, obtido o que reivindicava?

Além da chantagem, é também crime esconder do público informações supostamente relevantes sobre irregularidades na administração.

3. O governo, mais uma vez, define o lado que escolheu. No confronto com os petroleiros, afinal meros trabalhadores, descumpriu acordo assinado e tratou de humilhá-los. Ante o baronato, deixa-se humilhar. É assim desde que o Brasil é Brasil, com os resultados conhecidos. Tudo o que os governos do baronato ou apoiados pelo baronato produziram foi um país obscuro, quinto lugar no campeonato mundial de corrupção, primeiro do mundo em concentração de renda.

Só resta agora, com mínimas esperanças, torcer para que mais este governo apoiado pelo baronato não termine com os demais, ou seja, com o inaceitável status-quo intocado.

Folha de São Paulo,
17/08/95 - cad. 1, p. 2

Carlos Heitor Cony

O presidente da República dobrou-se à chantagem do senador Antônio Carlos Magalhães. Temendo por si ou por seus auxiliares diretos. Fernando Henrique Cardoso não quis pagar para ver as cartas que ACM dizia ter na mão. Preferiu evitar o risco. Afinal, o senador podia estar blefando com um par de nove, mas roncou como se tivesse cinco azes - apesar de no jogo só haver quatro. Tudo é possível quando se tem medo ou culpa no cartório.

Daqui para a frente, apesar de estar há apenas oito meses no poder, o presidente da República demitiu-se, se auto-impediu. Governará nos limites que o dossiê do senador baiano traçarem para ele e seus ministros. Continuarão como reféns das "denúncias" que o se-

Auto-impeachment

nador guardará para nova oportunidade.

A operação do Banco Econômico, em si, não foi novidade nem deveria surpreender o mercado. O governo vai tapar o rombo de bilhões de reais. Quando o banco estiver saneado, será vendido por R\$ 1, talvez a seus antigos donos. Afinal, vivemos a era do mercado, das privatizações, da eficiência.

Eficientes foram os acionistas do Econômico, que aproveitaram a confusão e fizeram retiradas na véspera da intervenção que não houve. Eficiente foi o senador baiano, que alega possuir um dossiê que arrasa quarteirão de qualquer vida pública neste país. À repórter do SBT que perguntou se ele estava fazendo chantagem: "Moça, eu posso con-

tar coisas que sei a respeito de sua televisão." Al Capone verbal, ACM vende segurança. Compra quem quer ou precisa.

O único xerife que poderia livrar a política nacional desse banditismo explícito seria o Presidente da República. O outro xerife, o dos preços, nem precisou incomodar ACM para dar no que deu. Diga-se que ele reagiu enquanto pôde. Pagou para ver o que todos já tinham visto.

FHC não teve a mesma audácia. Com receio de perder o que tem, preferiu ceder. Fará boa companhia à dona Ruth e ao Betinho nessas campanhas de solidariedade, deixando o poder para quem o exerce de fato.

Folha de São Paulo,
17/08/95 - cad. 1, p. 2

DENÚNCIA

BB não paga horas extras

Quem diria! O Banco do Brasil está se transformando no Bradesco dos anos 90. A diretoria do banco está pouco disposta a negociações. Programa de demissões "voluntárias" (PDV), não pagamento de horas extras, autoritarismo nas agências e, pasmem, até incentivo ao "dedurismo". São as novas facetas da política de recursos humanos da mais antiga instituição financeira do país.

O Sindicato dos Bancários tem recebido muitas reclamações de funcionários do BB em função do aumento considerável de horas extras, após o encerramento do PDV. O mais grave é que apenas algumas horas extras são pagas e, ainda, segundo o livre arbítrio das chefias. Um exemplo: um funcionário faz de 20 a 30 horas mensais e apenas recebe cinco horas.

Também tem causado indignação a quebra da isonomia dentro do BB. Há funcionários que são "mais iguais que os outros". São os administradores, que recebem por todas as horas extras realizadas.

É o samba do crioulo doido. Primeiro a diretoria do BB diz que a instituição não sobrevive sem a redução de pessoal. E até chantagem faz para que haja adesões ao PDV. Depois os que ficam são obrigados a fazer horas extras sem a contraprestação financeira devida legalmente. Pagamento de horas extras com adicional é preceito constitucional.

É lamentável o tratamento dado pelo BB aos seus funcionários nos últimos tempos. No entanto, a diretoria do banco insiste em dizer que o funcionalismo é o maior patrimônio da instituição.

Assaltos a bancos continuam

Os assaltos a bancos (agências e postos de serviços) têm obedecido a um movimento cíclico, em nossa região. Há períodos em que são frequentes. Depois diminuem. Agora, vivemos um período de muitos assaltos. Toda a semana tem um ou mais assaltos.

Uma análise sociológica aponta como causa a crise econômica e suas consequências: desemprego e crescimento da miséria. Terreno fértil para a marginalidade não falta.

Os assaltantes estão cada vez mais ousados. No último dia 10 de agosto, assaltaram a agência Imigrante do Bamerindus. Praticamente, no centro de Caxias do Sul. Levaram R\$ 7 mil, segundo informações oficiais. Porém, o mais grave é que um funcionário levou socos e pontapés e outro uma coronhada, o que lhe valeu a necessidade de atendimento hospitalar.

PORTA ELETRÔNICA DE SEGURANÇA

O assalto poderia ter sido evitado, se houvesse porta ele-

trônica de segurança. Os assaltantes entraram sem dificuldades na agência e agiram com rapidez. Por isso que o Sindicato há tempo vem insistindo na implantação desse mecanismo de segurança.

OUTRO ASSALTO NO BAMERINDUS

Também foi assaltado o posto do Bamerindus, localizado nas dependências da Lapônia Veículos, Br 116, Km 146. O fato ocorreu no dia 15 de agosto, ao meio-dia. Novamente, constatou-se a ausência de segurança.

ATITUDE DOS BANCÁRIOS

O Sindicato dos Bancários orienta os funcionários a não aceitarem trabalhar em agências bancárias ou postos que não ofereçam segurança.

Não se deve compactuar com a imprudência e a negligência dos bancos. O dinheiro está assegurado. A integridade física e a vida dos bancários, não.

SEGURANÇA

Câmaras aprovam lei

A Câmara de Vereadores de Caxias do Sul e a de Farroupilha aprovaram, nos meses de julho e agosto, a lei tornando obrigatório nas agências e postos de serviços bancários, a instalação de porta eletrônica de segurança individualizada, em todos os acessos destinados ao público.

Agora, não ficará mais a critério dos bancos instalar ou não a porta. É uma obrigação prevista em lei. Isso diminuirá consideravelmente o número de assaltos. Ganham os funcionários e ganham os clientes.

NOVO CONVÊNIO

Ginecologia obstétrica e ginecologia infanto-juvenil - doutora Adriane Sanchez Soares presta atendimento médico aos associados e dependentes do Sindicato dos Bancários, com desconto de 50% do valor da consulta.

Consultório particular: rua Borges de Medeiros, 677, sala 14, telefone (054) 223 6366.

SINDICATO

60 ANOS



Sindicato foi fundado em 24 de outubro de 1935.

Segundo depoimento de Serafim Alessandrini, único sócio-fundador ainda vivo, os bancários reuniam-se nos finais de tarde nos cafés da cidade de Caxias do Sul, principalmente no Café Central, onde conversavam sobre a formação de um sindicato capaz de lhes representar. Serafim revela que inicialmente havia uma certa ingenuidade no projeto de fundar um sindicato. Pensava-se que seria fácil, uma vez que não se teria dificuldades em unir o pequeno número de bancários existentes na cidade. Afinal havia apenas cinco agências. Desconheciam as questões administrativas que envolvem um sindicato.

O sindicato contou com 39 sócios-fundadores.

FATOS HISTÓRICOS

Fato de importância histórica ocorreu em 1937. Em função de um impasse na formação da chapa a ser votada para a gestão 1938-1940, Gysmunda Pezzi assumiu a presidência da entidade. Sabese que ela foi a primeira mulher no RS a assumir a presidência de um sindicato, embora por um curto período.

Gysmunda sofreu muita pressão do conservadorismo que dominava a sociedade caxiense. A pressão ocorria tanto dentro da categoria, como de fora, através de boatos nos jornais da cidade.

Em agosto de 1937, Gysmunda e os demais mem-

bro da diretoria renunciaram.

Outro acontecimento marcante na história do Sindicato dos Bancários foi a intervenção militar ocorrida em 17 de abril de 1964. O interventor foi o General Itacyr Rosa Cruz. A justificativa dos militares golpistas era uma suposta ligação da diretoria do Sindicato dos Bancários com o Partido Comunista. Porém, as Atas oficiais registram que a intervenção ocorreu para apurar possíveis desvios de verbas e irregularidades nos documentos.



Gysmunda Pezzi: presidente em 1937

Por ocasião da intervenção, o presidente da entidade, Romolo Segalla, foi preso, bem como seus companheiros Clóvis Sperandio e Percy Vargas de Abreu e Lima (consultor jurídico do Sindicato).

Com a intervenção, a diretoria, que havia sido eleita em 1961, foi substituída por uma Junta Governativa Interventora, composta por

bancários indicados pelos gerentes de bancos mais conservadores. A Junta era supervisionada pelo exército.

A intervenção terminou em 30 de junho de 1964, após terem sido feitas as inspeções dos documentos existentes e



Romolo Segalla: cassado em 1964

não terem sido encontradas irregularidades. Porém, os membros da Junta Governativa continuaram como diretores do Sindicato por mais um ano.

LUTA PELA DEMOCRACIA

Nestes 60 anos, o Sindicato dos Bancários participou ativamente de todos os grandes movimentos políticos, sociais e econômicos envolvendo a categoria e o país. Participou das grandes greves nacionais de bancários a partir do final da década de 70, por melhores salários e condições de trabalho. Dentro do que era possível, fez oposição à ditadura militar. Participou da campanha pela Diretas-Já em 1984 e do movimento político e social que culminou no impeachment de Fernando Collor, em 1992.

Este ano é especial para o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, pois festeja o sexagenário de sua fundação. Das reuniões de final de tarde até a entidade com mais de 2.500 bancários na base, o sindicato atravessou diversas fases, que se entrelaçam com a história do país. A primeira mulher presidente de sindicato do RS, a intervenção e a participação nos movimentos democráticos, são fatos que merecem ser lembrados.



Serafim Alessandrini: sócio fundador

Festa reúne lideranças políticas e sindicais

Os 60 anos do Sindicato foram comemorados no dia 24 de outubro, em solenidade realizada na sede social da entidade. Estiveram presentes atuais e ex-diretores do Sindicato, os vereadores caxienses Odir Frizzo e Pedro Olavo Hoffman, representante do deputado estadual Pepe Vargas, dirigentes sindicais de todo o Rio Grande do Sul e bancários da base. Ao todo, mais de cem pessoas.

A solenidade iniciou com breve exposição da história do Sindicato feita pelas estudantes do curso de história da UCS, Raquel Rech e Samanta Savordelli.

Após discursaram Serafim Alessandrini, único sócio-fundador vivo, Romolo Segalla, dirigente do Sindicato cassado pela ditadura militar, e os atuais diretores do Sindicato, Gelso Marcon e José Alex Tapia. Em seguida foi servido o coquetel.

BB e CEF ignoram reivindicações

A campanha salarial de 1995 na CEF e no BB tem se caracterizado pelo desrespeito total da parte do governo e seus representantes.

Os funcionários estão sendo submetidos a uma humilhação nunca antes vista. As duas instituições simplesmente fecharam os olhos para a realidade, ignoraram as reivindicações justas, porque assentadas em indicadores objetivos, em necessidades reais dos funcionários.

Como é possível o governo se-

quer reajustar os salários segundo a inflação ocorrida no último ano? 20,94% é a variação do IPC-R até junho. E a inflação de julho e agosto?

Nesse aspecto, nem a ditadura militar chegou a tanto.

Outro absurdo que se instalou no país, e o funcionalismo da BB e CEF está sentindo na carne, é vender para a sociedade a ideia de que conquistas sociais históricas são privilégios. Assim, BB e CEF pretendem tirar cláusulas sociais consagradas em Acordos Coletivos ante-

riores. O que corrobora a tendência geral do governo FHC: na questão social, quanto pior, melhor.

Os bancários do BB e da CEF têm de se conscientizar que em algum momento terão de comprar a briga com o governo sob pena de degradação completa dos salários e das condições de trabalho.

Não esqueçamos: FHC está no primeiro ano de mandato e já se cogita em reeleição. A manter-se a atual tendência, não é difícil imaginar a situação dos funcionários do BB e da CEF em 2002.

Banco tentou, mas recuou

Bem que a diretoria do banco tentou impor aos funcionários um retiro, mas não colou. Os sindicatos não aceitaram e os funcionários, principalmente os de Porto Alegre, se manifestaram de forma contundente, com uma paralisação de duas horas no dia 11 de outubro.

O banco pretendia não pagar a participação nos lucros. O alibi era a não definição de uma política de participação nos lucros nas estatais. Pouco importava à diretoria que o banco estivesse dando lucro. Depois recuou, afirmando que o governo federal havia autorizado.

Também não queria reajustar o ticket refeição e auxílio creche/babá conforme os índices propostos pela Fenaban.

Para isso, apegava-se aos valores nominais da proposta para os bancos privados. O que é incorreto. Tratando-se de data-base, há que se reajustar conforme o índice de variação do período. Portanto, vale o índice de reajuste e não o valor nominal como referência. Por fim, prevaleceu a solução mais justa. O banco recuou da posição inicial também quanto a esses dois itens.

Os diferenciais dos pisos salariais em relação à Fenaban foram mantidos.

FENABAN

Participação nos lucros traz avanço

Como já era de se esperar, a campanha salarial de 1995 foi longa e difícil. Os motivos são verdadeiros sabidos dos bancários. A conjuntura econômica desfavorável aos trabalhadores, principalmente em razão do crescente desemprego, o que deixou os banqueiros em uma posição confortável para negociar. Afinal os bancários hoje estão mais preocupados com o emprego do que com o salário.

O outro motivo, umbilicalmente ligado ao primeiro, é a falta de mobilização dos bancários, a pouca disposição de comprar briga com os banqueiros por melhores salários, condições

de trabalho e garantias mínimas de emprego.

Dessa forma, a campanha salarial restringiu-se ao processo negocial desenvolvido entre sindicatos e Fenaban. Mesmo assim, há que se reconhecer que a Convenção Coletiva assinada com a Fenaban apresentou avanços em relação à anterior. Os índices de reajuste superaram os da Medida Provisória da desindexação, variando de 3,6% até 6,4% acima do INPC-IBGE. Os pisos salariais foram reajustados em 35%, cerca de 7% a mais que o INPC, e o ticket refeição em 40%. Mas o grande avanço é a participação nos lucros (72% do total das verbas salariais mais R\$ 200,00). E verda-

de que existe uma Medida Provisória regulamentando a matéria. Não fosse, porém, a insistência dos sindicatos, os bancos não teriam pago a participação. O problema da Medida Provisória são suas brechas e a pouca precisão em alguns pontos. Principalmente, quanto à obrigatoriedade do pagamento da participação nos lucros. Há algumas hipóteses, inaceitáveis, que permitem às empresas isentarem-se do pagamento dos lucros. Uma delas é quando a empresa não dá lucro. Até aí tudo bem. Mas como os funcionários vão controlar o balanço da empresa para que ela não maquie os resultados, apresentando prejuízos quando em verdade deu lucro?

COMO FICOU O ACORDO DO MERIDIONAL:

VERBAS	R\$	DIFERENÇA FENABAN
Portaria - admitidos até 08/91	343,62	22,72%
Portaria - admitidos após 08/91	298,36	6,56%
Escriturário - admitidos até 08/91	489,54	19,40%
Escriturário - admitidos após 08/91	436,90	6,56%
Caixa - admitidos até 08/91	695,42	19,90%
Caixa - admitidos após 08/91	618,05	6,56%
Anuênio	7,18	6,37%
Auxílio creche / babá	100,75	29,17%
Auxílio alimentação	8,91	27,29%
Auxílio cesta-alimentação	102,00	27,50%

VEJA COMO FICOU O ACORDO COM A FENABAN:

VERBAS	SETEMBRO / 94	OUTUBRO / 95	ÍNDICE
mais de 90 dias			
piso portaria	207,30	280,00	35,07%
piso escriturário	301,54	410,00	35,97%
piso caixa	301,54	410,00	35,97%
quebra de caixa	41,12	55,00	33,75%
gratificação de caixa	85,67	115,00	34,24%
total caixa	428,33	580,00	35,41%
OUTRAS VERBAS			
anuênio	5,19	6,75	30,00%
gratificação de compensador	29,68	38,58	30,00%
auxílio refeição - alimentação	5,00	7,00	40,00%
auxílio creche - babá	60,00	78,00	30,00%
auxílio deslocamento noturno	18,68	24,38	30,00%
indenização por assalto	26.555,97	33.726,08	30,00%
auxílio funeral	177,60	230,88	30,00%
cesta básica	80,00	102,00	27,50%

NOVOS CONVÊNIOS

Centro de Condicionamento Físico Corporal - Ginástica, aeróbica, estética, cárdio-funk, musculação, jazz, balet, alongamento, ioga, massagem e acompanhamento biométrico. Supervisão Prof. Renato B. Costella, pós-graduado em Treinamento Desportivo (UFRGS). Endereço: Rua Dr. Casagrande, nº 865, 3º andar, próximo ao Senac. Bancários que apresentarem carteirinha de associado têm 20% de desconto.

Psicólogas - Paula F.C. Lemos: Rua Borges de Medeiros, 586, sala 103, Caxias do Sul, fone: 226-19-14. Ana Cláudia Zechin: às segundas-feiras na Rua Borges de Medeiros, 586/103, Caxias do Sul; de terça-feira a sexta-feira na Rua Osvaldo Aranha, 618/203, Veranópolis, fone: 441-1008.

Voz do Bancário - Jornal do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região - Rua Borges de Medeiros, 574 - Caixa Postal 553 - Caxias do Sul - RS - Fones: 223.2166 e 223.3119 - Diretor de Imprensa: Wilson Steinmetz - Traço Diferencial Assessoria de Comunicação (220.1650) - Impressão: Jornal Pioneiro - Tiragem: 2.300

DESEMPREGO / BANRISUL

Programa de demissões

Depois do Programa de Demissões Voluntárias no Banco do Brasil, eis que chega o seu similar no Banrisul - o Programa de Incentivo a Demissões Voluntárias (PIAV). Ambos em empresas estatais, ambos com o argumento da necessidade de ajuste ao plano de estabilização da economia, ambos confirmando que o governo elegeu seus funcionários como os vilões da crise do Estado. Emprego, salário justo, garantia de direitos deixam de existir nessa lógica, onde o empregado vira coisa.

Na apresentação do PIAV, a diretoria do Banco minimizou a gravidade da situação e se contradisse. Em reunião com a comissão de negociação dos funcionários, em agosto último, o presidente do Banco, Ricardo Russowski, afirmou ser necessário preservar a "memória" da instituição, referindo-se aos funcionários mais antigos que atuaram nos diversos setores do Banrisul. Entretanto, ao ser lançado, o PIAV estimulou principalmente o desligamento desses funcionários. Na exposição de motivos, deixou a desejar ao afirmar que, se protelado, o Programa correria o risco de ser implementado sem os atuais benefícios. Mais adiante transforma esse mesmo risco em

impossibilidade absoluta. Grave, estimulou o individualismo, o apelo ao sujeito empreendedor, ao possível empresário. Iniciativa legítima, não fosse uma realidade recessiva de um mercado cada vez mais excludente.

Inicialmente, o PIAV previa mecanismos para burlar o judiciário. Coisa que as entidades sindicais não avalizaram. Funcionários antigos que jamais cogitaram a possibilidade de ingressar na justiça contra o Banrisul seriam instados a fazê-lo para dar quitação aos planos econômicos e outros passivos trabalhistas. Frente à reação dos sindicatos, o Banco recuou.

Como o PDV do BB, o PIAV não foi tão voluntário. Em muitas agências - um exemplo é a de Florianópolis - a administração adotou o terrorismo para que o PIAV fosse um sucesso. O argumento era: "É melhor aderir ao programa e ter as vantagens do que ser demitido depois sem vantagem alguma". Que sutileza! Convincente, não?

Outro aspecto lamentável foi o prazo para a adesão. Apenas 15 dias. É pouco tempo para alguém tomar uma decisão tão importante, que define um novo rumo para a sua vida profissional.

(fonte: Nossa Voz, 10/95, edição PIAV)



ANO 12 - Nº 64
DEZEMBRO / 1995

Voz do Bancário

JORNAL DO SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE CAXIAS DO SUL E REGIÃO **CUT**

Sindicato realiza plebiscito

Bancários decidem duração do mandato da diretoria

Em maio de 1993, o Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região dava importante passo para uma nova configuração institucional: através de um plebiscito aprovava-se um novo Estatuto, moderno e democrático.

Abolia-se o regime presidencialista em favor de um regime colegiado com repartição de poderes e competências na gestão do sindicato. O sistema eleitoral majoritário

dava lugar ao sistema proporcional, ou seja, todas as correntes sindicais podem fazer-se representar na diretoria do Sindicato conforme seu peso eleitoral na categoria. Assim, hoje, tem-se um Sindicato pluralista, por isso mais democrático e representativo.

Quem está mais próximo do Sindicato não tem dúvidas de que o novo Estatuto representou um avanço em termos institucionais e organizativos.

Nesse mês de dezembro, nos dias 12, 13 e 14,

os bancários são convocados a participar de um outro plebiscito. Agora, é para cumprir o que determina o artigo 172 do Estatuto, que diz:

"Para alteração do término do mandato da Diretoria, de dezembro para julho, evitando o processo eleitoral concomitantemente com a campanha salarial, a gestão 93/96, ao final do segundo ano/início do terceiro, realizará plebiscito na categoria, com o objetivo de reduzir o mandato para 31.07.96, ou prorrogá-lo para 31.07.97".

O mandato das diretorias encerrava-se em 4 (quatro) de dezembro. A partir da atual gestão, findará em 31 (trinta e um) de julho. Caberá aos bancários, nesse plebiscito, dizer se o atual mandato, que se encerraria em 04 de dezembro de 1996, deve ser antecipado para



31 de julho de 1996 ou prorrogado para 31 de julho de 1997.

A proposta de alterar o prazo do término do mandato sindical se deve ao fato de que as campanhas eleitorais para o Sindicato sempre coincidiram com a campanha salarial de setembro.

Assim, quem ficava prejudicada era a campanha salarial, porque todas as correntes do Sindicato estavam envolvidas com o processo eleitoral.

EDITAL

ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA PLEBISCITO

Em conformidade com o que determina o Estatuto do Sindicato dos Bancários de Caxias do Sul e Região, em seu artigo 172, a Diretoria Colegiada, gestão 93/96, convoca todos os bancários associados, quites com a Tesouraria, para a Assembleia Geral Extraordinária - Plebiscito, a ser realizada nos dias 12, 13 e 14 de dezembro de 1995, das 8 às 17 horas.

Diz o artigo 172 do Estatuto: "Para alteração do término do mandato da Diretoria, de dezembro para julho, evitando o processo eleitoral concomitantemente com a campanha salarial, a gestão 93/96, ao final do segundo ano/início do terceiro, realizará plebiscito na categoria, com o objetivo de reduzir o mandato

para 31.07.96 ou prorrogá-lo para 31.07.97".

Serão instaladas mesas coletoras de votos na sede social do Sindicato e mesas itinerantes percorrerão as cidades da base em roteiros previamente estabelecidos.

O plebiscito será coordenado e fiscalizado pela Comissão Coordenadora eleita na Assembleia Geral Extraordinária do dia 27 de novembro de 1995.

Caxias do Sul, 29 de novembro de 1995.

Comissão Coordenadora

POSIÇÃO DA ATUAL DIRETORIA

Quanto ao objeto do plebiscito, a atual diretoria optou pela neutralidade. Ou seja: não fará campanha para a antecipação nem para a prorrogação do prazo do atual mandato.

Bancos não falecem como pessoas. Não sofrem ataques cardíacos fulminantes, nem violentas colisões de automóveis. A morte de um banco assemelha-se à de pessoas que agonizam desde tempos, com a diferença de nos humanos em sua maioria os médicos esforçarem-se durante o período da enfermidade para salvar o paciente. O médico do sistema financeiro, o governo, mexe-se da sua cadeira depois do enterro.

CAUSA MORTIS

É que a causa mortis destes "presuntos" vem de seu próprio médico e encontram naqueles uma colaboração especial: governo e banqueiros são moribundos que não querem curar-se. A frase que empresta título a esta matéria foi dita

'Nenhum banco morre de repente'

por Mário Henrique Simonsen (que foi médico e agora é paciente), depois do sumiço do Banco Nacional, hoje enxerto de um organismo um *poquito* mais saudável.

O Brasil está entrando em fase que outros países que adotaram "o" modelo econômico universal - supostamente redentor, que não leva em conta particularidades existentes entre nós e os ingleses - já entraram, penaram, penam e penarão ainda mais. Sempre assim: as "modernidades" chegam atrasadas para *nosotros*, e com o atual governo não é diferente. Os ditos social-democratas, socialistas e diabo-a-quatro - que revelaram-se ultra-liberais - estão mandando e desmandando na Europa e outros lugares desde 1980. Com década e

meia de atraso, nossos social-democratas querem empurrar goela abaixo da população brasileira o tal "modelo", que já é anjo decaído onde foi implantado. É característica da elite de copiar o que é ruim - para o povo.

CRISE ANUNCIADA

Quando da implantação do Plano Real, havia sintomas de dificuldades nas instituições bancárias brasileiras. Além disso, pelas semelhanças entre o cavalamente recessivo Plano Cavallo argentino com o Real brasileiro (na verdade irmãos de sangue, filhos da mesma mãe norte-americana), os analistas sérios e independentes já avisavam: "abram os olhos para a quebradeira dos bancos", por

sinal acontecida *en la tierra de los hermanos* por julho de 94, quando começou a Campanha Eleitoral do Real por cá.

POR QUE CHORAMOS?

Demoramos mais de um ano para ver a onça beber água. Para manter a economia artificialmente estabilizada, enfrentamos uma recessão como poucas (é até difícil, neste desgraçado país, eleger a pior), perdemos nossos empregos, pagamos até noss'alma de juro e ainda aguentamos aquele sorriso de hiena do Presidente. Luis Fernando Veríssimo pergunta porque ele ri tanto. Talvez ninguém saiba; mas todos sabemos porque choramos.

Choramos, e nossas lágrimas ajudam o Rio de Pira-

caba jogar água para fora, quando descobrimos que o governo vai gastar mais de US\$ 12 bi com os banqueiros ao mesmo tempo que não destina nenhuma verbinha para o Ministério da Saúde, um dos cinco dedos, se vocês lembram. Choramos quando vemos que o governo aposta com a iniciativa privada para ver quem causa mais desemprego. Choramos quando constatamos que o governo não tem nenhum compromisso com os brasileiros, e pensa que o país possui as mesmas características de uma ilha de meia-dúzia de habitantes, e não a complexidade de um continente habitado por várias etnias. Choramos por ser este um governo comprometido com um modelo econômico autoritário.

Caso Unibanco / Nacional

Como começamos falando de morte e doença, passaremos ao último cadáver: o Banco Nacional. O saudoso era, no primeiro semestre do ano, o terceiro maior prestador de dinheiro entre as instituições nacionais. Ou seja, não estava mais esbaldando-se na ciranda financeira. *Cumpria um papel que cabe aos bancos: financiar empresas dos setores produtivos.* Mas eis que então aprofunda-se a crise criada pelo governo, que quer o país crescendo para fora e para cima, e esquece que temos que crescer para dentro e para baixo, para os milhões de brasileiros não consumidores, muito menos cidadãos. A inadimplência foi fatal para o Nacional. A boataria tomou conta do mercado, os grandes investidores tiraram seu dinheiro, e o banco dos Magalhães Pinto, conseguindo manter apenas as pessoas físicas (por falta de informação destas), batia ponto todos os dias no redesconto do Banco Central, e no final das contas o dinheiro para manter o banco com os aparelhos ligados vinha do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

A SOCIEDADE PAGA

Como o Econômico já tinha ido *a la cria*, o governo não poderia permitir que o Nacional simplesmente quebrasse. Isso desestimularia a sofrida profissão de banqueiro no Brasil, pois

está em moda os tais ficarem sem seu banco (mas não sem o seu dinheiro!). Além desta questão humanitária do Presidente que preocupa-se muito com isto - a situação social do país é uma prova -, existe o risco de pânico no "mercado", esta entidade abstrata que desconhecemos têm origem no vodu. Todos sabemos que a solidez do sistema financeiro é importante para a manutenção da credibilidade do Real aos olhos dos hipertensos investidores estrangeiros.

Para que casos como do Econômico não se resolvessem como se deu, o Banco Central lançou o PROER (Programa de Estímulo à Reestruturação e Fortalecimento do Sistema Financeiro), que no frigir dos ovos quer dizer o seguinte: fortalecimento dos bancos com dinheiro da sociedade. Este PROER permite coisas que deixariam qualquer neoliberal de verdade (existe algum?) vermelho de vergonha. Permite, entre outras coisas, empréstimos com prazo de 8 a 9 anos para pagamento, com juros de 12% ao ano e correção pela TR. Permite também que sejam dados em garantia, pelos banqueiros, títulos do Tesouro Nacional - em bom português "moedas podres" - que ninguém aceita, a não ser o governo. O primeiro dinheiro liberado pelo PROER foi a bagatela de US\$ 2 bi para o Nacional.

Através desta nova priori-



Banco Nacional não resiste ao real e à má-gestão

dade do bando que manda no país - impedir que banqueiros incompetentes fiquem com as calças na mão -, foi possível, como diz a imprensa, resolver o caso Nacional de maneira tranqüila. Este foi abocanhado pelo Unibanco, que como todo o aristocrata, gosta e pode comer filé. O Unibanco ficou com a parte boa do Nacional: a administração de seus ativos, as agências e o passivo dos clientes. A carne estragada, as dívidas, que são em torno de US\$ 5 bi, adivinhem quem assumiu?

Papai Fernando Henrique, em nome do país. Ninguém lhe deu autorização para agir desta forma com o nosso dinheiro. FHC devia dar dinheiro aos filhos prediletos tirando do seu bolso, não do Tesouro Nacional.

BANQUEIRO NÃO PERDE

À frase de Simonsen juntamos outra, do economista André Lara Resende: "Banco só quebra por má-gestão". E então voltamos para o início do texto, quando foi dito que o governo e os banqueiros são moribundos que não querem curar-se. Por que se preocuparão os Calmon de Sá, os Magalhães Pinto? Foram incompetentes, mal administradores, armaram negociatas, seus bancos quebraram e o governo assume suas dívidas! Não precisam tratar suas enfermidades, pois como sua doença é originária da recessão, e esta é obra-prima de seu médico, o governo do sociólogo, procurar a cura é correr atrás do próprio rabo. E agora perguntamos: e os acionista

minoritários do Banco Nacional, como ficarão? Transformaram-se em donos de nada. E, principalmente, os funcionários do banco, que estão a caminho do patíbulo? Calcula-se que a médio prazo em torno de 10 mil irão para a rua, novos recrutas do exército mais numeroso do mundo, o dos desempregados. Cada vez que pagamos impostos, contribuimos para que FHC e companhia nos empobrecam, porque dinheiro público, no Brasil dos tecnocratas, não é para infra-estrutura nem para questões sociais. Dinheiro público é para financiar banqueiro quebrado e para os ainda não criarem desemprego.

Além de tudo, estamos sob um governo onde maracutaias já aparecem (caso SIVAM), e onde as decisões começaram a ser tomadas na madrugada...